



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IF BAIANO
CAMPUS SENHOR DO BONFIM
Estrada da Igara, s/n, Zona rural, Senhor do Bonfim - Bahia, CEP: 48970-000
www.ifbaiano.edu.br/portal/senhor-do-bonfim/
Email: gabinete@bonfim.ifbaiano.edu.br
Tel.: (74) 3542-4000

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO PRESENCIAL
DE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Senhor do Bonfim - BA

2021

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO - MEC

Milton Ribeiro

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC

Ariosto Antunes Culau

REITOR

Aécio José Araújo Passos Duarte

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Ariomar Rodrigues dos Santos

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Leonardo Carneiro Lapa

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Hildonice de Souza Batista

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Rafael Oliva Trocoli

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Luciana Helena Cajas Mazzutti

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DPDE

Andréa Rêgo Borges

COORDENADORA GERAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – CGES

Adailde do Carmos Santos

DIRETOR CAMPUS SENHOR DO BONFIM - DG

Alaécio Santos Ribeiro

DIRETORIA ACADÊMICA - DAC

Geraldo Caetano de Souza Filho

COORDENADOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Antonio Sousa Silva

DADOS INSTITUCIONAIS

Nome: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano - *Campus* Senhor do Bonfim

Endereço: Km 04, Estrada da Igara, S/n, Zona Rural, Senhor do Bonfim, Bahia,

CEP: 48.970-000

E-mail: gabinete@bonfim.ifbaiano.edu.br

CNPJ: 10.724.903/0003-30

Telefone: (74) 3542 - 4000

HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E REFORMULAÇÕES DO CURSO

Etapas	Grupo Responsável	Resolução de Aprovação
Criação	João Batista Alves Novaes	Autorizado através da resolução nº 01, de 15 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2009.
	Aécio José Araújo Passos Duarte	
	Edeil Reis do Espírito Santo	
	Enaide Maciel Bezerra Dias	
	Valdeci da Silva Lopes	
	Railton Cezar Azevedo Alves	
	Edvanda Silva Rocha Reis	
Período 02/2010 à 03/2013	Portaria nº 221 de 11 de setembro de 2009	

1ª Reformulação	Antonio Sousa Silva	Reformulação Curricular aprovada pela Resolução nº 15 de 2013, CONSUP/IF Baiano, de 11/06/2013.
	Ana Carina Freire Barbosa Silva	
	Márcio Lima Rios	
	Vagson Luíz de Carvalho Santos	
Período: Julho de 2013 à Agosto de 2014.	Célio Luíz de Carvalho Júnior	
	Grace Itana Cruz de Oliveira	
	Hildonice de Souza Batista	
	Portaria nº 299, de 18 de março de 2013	

2ª Reformulação	Antonio Sousa Silva	Resolução nº 47/CONSUP/ IF Baiano, de 17 de dezembro de 2014.
	Márcio Lima Rios	
	Alaécio Santos Ribeiro	
	Jaciara Campos da Silva	
	Diogo José Oliveira Souza	
	Rafael Oliva Trocoli	
	Larissa Silva Trocoli	
	Oswaldo Barreto Oliveira Junior	
	Vagson Luís de Carvalho Santos	
	Edeil Reis Espírito Santo	
Período: Maio de 2016 à agosto de 2016	Portaria nº 33, 03 de maio de 2016	
1ª Alteração Período: março de 2021	Antonio Sousa Silva	Resolução de Nº 64/2020
	Edvanda Silva Rocha Reis	
	Alessandra Oliveira de Araújo	
	Ilma da Silva Cabral	
	Karine Hojo Rebouças	

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Grupo de Trabalho Interno – IF Baiano – *Campus Senhor do Bonfim*

Portaria nº36, data 21/07/2020

Antonio Sousa Silva	Docente da área de Agrárias/ Coord. do Curso
Edvanda Silva Rocha Reis	Docente da área de Agrárias/ Vice-Coord. do Curso
Alessandra Oliveira de Araújo	Docente da área de Zootecnia
Ilma da Silva Cabral	Docente da área de Pedagogia
Karine Hojo Rebouças	Docente da área de Alimentos

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	08
2. APRESENTAÇÃO	09
2.1. Histórico e Caracterização	09
3. Justificativa	11
4. OBJETIVOS DO CURSO	13
4.1. Objetivo Geral	13
4.2. Objetivos Específicos	13
5. PERFIL DO EGRESSO	14
6. PERFIL DO CURSO	15
6.1 Princípios e Ações Norteadoras do Projeto Pedagógico do Curso	15
6.2 Características da Formação do Licenciado em Ciências Agrárias	17
6.3 Princípios Norteadores para a Formação	17
7. REQUISITOS DE INGRESSO	19
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	20
8.1 Campos de Atuação do Profissional	20
9. METODOLOGIA DO CURSO	21
9.1 Princípios Pedagógicos e Epistemológicos	21
9.2 Projetos Integradores	25
10. MATRIZ CURRICULAR	28
10.1 Fluxograma do Curso	29
10.2 Representação gráfica do perfil de formação do curso	29
11. PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR - PCC	32
11.1. Primeiro Semestre	32
11.2. Segundo Semestre	35
11.3. Terceiro Semestre	38
11.4. Quarto Semestre	41
11.5. Quinto Semestre	45
11.6. Sexto Semestre	48
11.7. Sétimo Semestre	50
11.8. Oitavo Semestre	53
11.9. Optativas	55

12. RECURSOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES AO CURRÍCULO -	58
12.1. Atividades Extracurriculares -----	58
13. DA PRÁTICA PROFISSIONAL E DO ESTÁGIO CURRICULAR -----	59
13.1. Princípios Norteadores -----	59
14. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICA- ÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES -----	62
15. DA AVALIAÇÃO -----	62
15.1. Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem -----	62
15.2. Procedimentos Avaliativos -----	63
15.3. Sistema de Avaliação do Projeto do Curso	64
16. NORMATIZAÇÕES INTERNAS DO TCC -----	66
17. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS -----	70
17.1. Política de Qualidade de Ensino	70
17.1.1. Programas de Nivelamento -----	70
17.1.2. Programas de Monitoria -----	70
17.1.3. Programas de Tutoria Acadêmica -----	70
17.1.4. Programas de Apoio a Eventos Artísticos, Culturais e Científicos	71
17.2. Programa de Assistência Estudantil e Estímulo à Permanência	71
17.2.1. Programa de assistência e inclusão social do estudante – PAISE -	71
17.2.2. Programa de acompanhamento psicossocial e pedagógico -----	72
17.2.3. Programa de incentivo à cultura, esporte e lazer -----	72
17.2.4. Programa de incentivo à participação político-acadêmica -----	73
17.2.5. Sistema de acompanhamento de egressos -----	73
17.2.6. Programas de ensino, pesquisa e extensão -----	73
17.3. Política da Diversidade e Inclusão-----	74
17.4. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) -----	74
17.5. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) -----	75
17.6. Programa de Iniciação Científica -----	76
18. INFRAESTRUTURA E RECURSOS -----	77
18.1. Salas de Aula -----	77
18.2. Sala da Coordenação -----	77

18.3. Sala de Reuniões do Colegiado do Curso	77
18.4. Sala dos Professores	78
18.5. Gabinetes dos Professores	78
18.6. Recursos Audiovisuais e Multimídia	78
18.7. Biblioteca	78
18.8. Laboratórios	78
18.9. Sala da Representação Estudantil	79
18.10. Área de Lazer e Circulação	79
18.11. Serviço de Apoio	79
18.12. Auditório	79
19. ÓRGÃOS COLEGIADOS DE REPRESENTAÇÃO, DOCENTE E ADMINISTRATIVO	79
19.1. Pessoal Docente e Técnico Administrativo	80
19.1.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)	80
19.1.2. Corpo docente para o curso	80
19.1.3. Assessoria pedagógica	81
19.1.4. Corpo administrativo	81
20. ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO	82
20.1. Linhas e Projetos de Pesquisa	82
20.2. Programas e Atividades de Extensão	82
20.3. Incentivo à Pesquisa e a Extensão	82
21. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	83
22. REFERÊNCIAS	84

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO	Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias
TIPO DE CURSO	LICENCIATURA
DESCRIÇÃO DO CURSO	A Licenciatura em Ciências Agrárias forma profissionais com conhecimento pedagógico e tecnológico na grande área das Ciências Agrícolas, sistemas agrícolas produtivos, conservação dos recursos naturais, dentre outros, habilitando para a docência na Educação Básica, atuação em atividades de Educação Ambiental em empresas, organizações não governamentais, órgãos públicos, dentre outras atividades afins.
HABILITAÇÃO	Licenciado(a) em Ciências Agrárias
MODALIDADE	Presencial
PÚBLICO ALVO	Portadores de Histórico de conclusão do Ensino Médio
DATA DE CRIAÇÃO DO CURSO (aprovação da Resolução)	15/07/2009
DATA DE INÍCIO DO CURSO (aula inaugural)	26/04/2010
REGIME ACADÊMICO	Semestral
INTEGRALIZAÇÃO	Mínimo de 4 anos e máximo de 8 anos
NÚMERO DE VAGAS	40
TURNO DE FUNCIONAMENTO	Matutino e Vespertino - Alternadamente
NÚMERO DE TURMAS	01
REGIME DE MATRÍCULA	Semestral
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.315 horas
CARGA HORÁRIA DE ACC	200 horas
CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	400

2. APRESENTAÇÃO

2.1. Histórico e Caracterização

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus* Senhor do Bonfim está vinculado à autarquia com o mesmo nome, criada pela Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, quando, para sua consolidação, ocorreu a agregação das antigas Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia, a saber: Catu, Guanambi, Santa Inês e a de Senhor do Bonfim, bem como das Escolas Médias de Agropecuária Regionais da CEPLAC – EMARC, de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença.

Para fundamentar este Projeto Pedagógico de Curso, tomamos como base a Organização Didática dos Cursos Superiores do IF Baiano, documento institucional em conformidade com as Leis 11.892/2008 e 9394/96, o qual “tem por finalidade orientar e reger os procedimentos didático-pedagógico-administrativos relativos aos cursos da Educação Superior, no âmbito dos *Campi do IF Baiano*” (BAHIA, 2012, p. 8); o Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano, um documento voltado primordialmente para o Planejamento Estratégico e, por isso, orienta a elaboração dos Planos de Ação e dos Planos Anuais de Trabalho, vinculando tais planos diretamente à proposta orçamentária do Instituto; o Projeto Político Pedagógico Institucional, o qual se constitui como “um instrumento importante de gestão do ensino, que expressa as concepções teórico-metodológica, política e filosófica da comunidade acadêmica, considerando o contexto local, regional e nacional da instituição, coerente com os princípios e objetivos expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)” (BAHIA, 2014, p. 6).]

Além desses documentos institucionais, constarão como balizadores da elaboração do presente Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias os seguintes documentos legais:

- A Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE, de nº 2, de 1º de julho de 2015, a qual determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior;

- Parecer nº 28/1001 – CP/CNE, de 02/10/2001 – Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Professores da Formação Básica, em nível superior, de licenciatura e graduação plena;

- Lei 11645/08 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
- A Lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

A criação do Instituto fundamenta-se prioritariamente em uma proposta de construção socioeducacional que abrange diferentes regiões e cidades do estado da Bahia, configurando uma ampliação de acesso às diversas formações educacionais oferecidas, bem como aos avanços tecnológicos e científicos.

O *Campus* de Senhor do Bonfim se situa na zona rural do município de Senhor do Bonfim - BA, no semiárido baiano, no norte do estado, pertence ao território de identidade denominado “Piemonte Norte do Itapicuru”, demarcada pela bacia hidrográfica do Itapicuru. A Sede da cidade de Senhor do Bonfim está situada a 40° de longitude (oeste) e 10,50° de latitude (sul), distando 110 km do rio São Francisco, contando com uma superfície de 817 km² (IBGE, 2007). Configura-se como polo atrativo de valores da economia regional, estando baseada nas atividades agropastoris, mineração e comércio. No setor da agricultura, destaca-se a agricultura familiar nos boqueirões das montanhas, localmente denominado de grotas, além da criação de pequenos e grandes ruminantes, em terras mais secas, ocupadas por estratos de pequenos, médios e grandes produtores.

Em função de a economia regional estar calcada em atividades no âmbito agrícola, em diversos níveis de exploração e de tecnificação, a atuação do IF Baiano – *Campus* Senhor do Bonfim busca atender às expectativas da sociedade regional, inclusive com possibilidade de ampliação de espaços formativos consonantes com o perfil socioeconômico da região, levando em consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI).

A antiga Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim (EAFSB) contava com um histórico consolidado na oferta de cursos técnicos – Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio e Subsequentes em Zootecnia e Alimentos – além de dispor de uma infraestrutura física adequada e recursos humanos especializados na área das Ciências Agrárias, sendo referência na formação técnica na região.

3. JUSTIFICATIVA

O curso de Licenciatura em Ciências Agrárias do IF Baiano, *Campus* Senhor do Bonfim, nasce com a expansão da Educação Profissional no país. O Projeto do Curso está em consonância com a necessidade de formação de professores para atender às demandas específicas da região de abrangência do *Campus*, enfatizando a Educação do Campo, a Educação Ambiental e a Agroecologia com uma abordagem científica para promoção da sustentabilidade nas dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas.

Considerando o que foi destacado no tópico anterior, em especial, às demandas referentes à formação de docentes, é que se justifica a implantação do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias pela necessidade de formar profissionais capacitados para também atuar na Educação Básica e Ensino Superior. Assim, este profissional poderá atuar em programas de educação ambiental em instituições públicas e privadas, de iniciativas dos movimentos sociais, de ONGs, Cooperativas e entidades assemelhadas.

A partir dessa missão institucional, a formação acadêmica docente em Licenciatura em Ciências Agrárias também contemplará diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir do estudo das questões ambientais, da cultura afro-brasileira e indígena, abordando conteúdos como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Entendemos que as questões socioambientais, as questões antropológicas e as temáticas de identidade, inclusão e garantia de direitos dos grupos humanos são balizadores de uma formação cidadã. Afinal, vivemos numa sociedade em que há a necessidade de criação de legislação específica para que se garanta direitos primordiais próprios dos grupos humanos em sua diversidade identitária e sociocultural.

Ao determinar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, a resolução de nº 2, de 1º de julho de 2015, do CNE determina em seu artigo 3º, no parágrafo 6º que o projeto de formação deve contemplar:

VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

Ao considerar a necessidade de leis que garantam o direito de ser diferente e de usufruir de oportunidades e direitos equânimes, a proposta de formação aqui intencionada, entende a necessidade de problematizar a forma de organizar e conceber a escola, considerando seus ritos e valores e, sobremaneira, como esse espaço educativo formal compreende e acolhe os direitos humanos.

A existência de políticas públicas específicas e de movimentos sociais que pressionam pela garantia de direitos essenciais é um sintoma de que as várias instituições sociais, dentre elas a escola, não têm conseguido responder à diversidade e à singularidade dos atores que as compõem. Os valores, os princípios e as ações que fundamentam um processo de inclusão social, precisam ser pauta de formação em todos os espaços, sobretudo, quando se trata de um ambiente de formação de futuros professores.

A briga por tais direitos visam à inclusão social e essa inclusão pressupõe respeito e atribuição de valor à diversidade humana, social, cultural e econômica dos grupos historicamente excluídos. Incluir é demanda urgente, não podemos mais ignorar as questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, as quais se constituem como categorias que se entrelaçam na vida social, englobando pobres, mulheres, crianças, jovens, adultos, idosos afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, pessoas de diferentes orientações sexuais, e uma gama de outros sujeitos que, com suas idiossincrasias e identidades múltiplas, compõem a complexa e multifacetada sociedade brasileira.

Nesse sentido, o exercício pleno e consciente da cidadania precisa ser um princípio norteador e balizador de todo e qualquer processo formativo, sobretudo quando se objetiva formar pessoas para exercer atividades docentes. Assim, O IF Baiano se compromete com essa formação para a cidadania, no intuito de criar condições de inclusão e de usufruto do conhecimento como instrumento sociocultural de inserção nos diversos espaços e práticas sociais.

Tendo em vista o exposto, o curso de Licenciatura em Ciências Agrárias vem oportunizar, por meio da formação de professores, o recurso humano necessário para apoiar as ações de ensino, pesquisa e extensão no Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru, sob a compreensão de que as atividades de uma instituição educativa não podem se restringir aos seus espaços físicos, pois a pesquisa e a extensão conferem maior funcionalidade ao conhecimento e faz dele usufruto de toda uma sociedade, não o deixando restrito à comunidade acadêmica.

Portanto, o Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias desenvolverá a formação técnico-humanística dos licenciandos, de modo transversal e interdisciplinar, por meio das temáticas ambientais e antropológicas – indígena e africana, propiciando uma maior inserção das questões locais e regionais na proposta de formação do referido curso. Tal tratamento de questões étnico-raciais se justifica porque o município sede de Senhor do Bonfim caracteriza-se por ter grupos humanos remanescentes indígenas, a exemplo do Distrito Rural de Missão do Sahy, e remanescentes quilombolas, como é o caso do Distrito Rural de Tijuauçu.

Ademais, o perfil do curso tem estreita ligação com o potencial agropecuário e socioambiental da região em que o IF *Campus* Senhor do Bonfim se insere. O futuro docente estará a serviço das necessidades educativas e da melhoria da educação no país em áreas urbanas e, especialmente, rurais.

Salienta-se também que a região é um polo de exploração mineral do estado da Bahia, decorre daí a necessidade de aprofundamento de temas e ações voltadas à recuperação de áreas degradadas impactadas por tais atividades e pela própria agricultura. Tal profissional por meio do desenvolvimento de tecnologias e métodos sociopedagógicos poderá colaborar no desenvolvimento de programas socioambientais e agroecológicos que concorram com o desenvolvimento sustentável da caatinga e da região semiárida baiana, sem esquecer, contudo, os outros biomas.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. Objetivo Geral

Formar docentes para atuar na Educação Básica, sobretudo em instituições que ofereçam a educação técnico-profissional, seja na rede pública, privada, ONGs e outros: Escolas Família Agrícola - EFA, projetos de pesquisas, projetos e/ou programas de desenvolvimento sustentável, atuar em programas de educação ambiental, com vistas à valorização de saberes e da promoção do desenvolvimento regional.

4.2. Objetivos Específicos

- Desenvolver a capacidade de conhecer e aplicar metodologias de ensino, com a finalidade de empreender ações interventivo-mediadoras a partir do domínio de conteúdos específicos das Ciências Agrárias e do conhecimento das Ciências da Educação;
- Empregar interventivamente os conhecimentos técnico-científico e pedagógico, respeitando o ambiente e seus componentes, bem como a diversidade cultural existente;
- Atuar em atividades que foquem concomitantemente o Ensino, a Pesquisa e a Extensão no intuito de socializar o conhecimento e partilhá-lo com a comunidade como um todo;
- Desenvolver programas de conscientização que visem promover a conservação e a recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com o uso de tecnologias socioambientalmente sustentáveis;
- Compreender a importância de participar ativamente da discussão, do planejamento, da execução e da avaliação do Projeto Político-Pedagógico de instituições de ensino;
- Adotar uma concepção de aperfeiçoamento constante dos conhecimentos científicos e pedagógicos;
- Lidar com as problemáticas e questões da prática pedagógica, com base no conhecimento das etapas de aprendizagem e dos estágios de desenvolvimento dos discentes, atentando para as características socioculturais, adotando uma postura investigativa e reflexiva;
- Refletir sobre as condições de aprendizagens dos estudantes, buscando estratégias significativas e pertinentes para o avanço dos educandos.

5. PERFIL DO EGRESSO

O professor de Ciências Agrárias precisa conhecer a complexidade de organização e de estruturação das instituições educativas, percebendo como se delineia o cotidiano, as ações e relações que se travam no interior dos espaços de educação, para, desse modo, promover uma ação educacional comprometida com a formação de cidadãos e cidadãs e com a humanização.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE, de nº 2, de 1º de julho de 2015, a qual determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, ao referir-se à complexidade do perfil dos docentes, reza em seu 7º artigo:

“O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

I - o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;

III - a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica. [...]”

Sendo assim, o Licenciado em Ciências Agrárias deverá apresentar habilidades de ensino, pesquisa e extensão com ampla visão crítica, ética e criativa, buscando sempre novos conhecimentos para mediar processos didático-pedagógicos, de forma a agregar informações e inovações tecnológicas, com perfil pedagógico-científico, partindo do compromisso para com o desenvolvimento sustentável e com a vida cidadã.

O docente em Ciências Agrárias será responsável pela sistematização e multiplicação de saberes, vinculados à Educação Profissional na área de Ciências Agrárias, bem como nos demais espaços da Educação Básica, atuando em espaços formais e não formais.

Cabe ao profissional exercer o papel de agente de desenvolvimento com habilidade para trabalhar numa perspectiva reflexiva, que vise contribuir com o desenvolvimento do território no qual está inserido, implementando ações em torno do ensino, da pesquisa e da extensão.

Neste sentido, deverá desenvolver a capacidade para apropriar-se de saberes pedagógicos necessários à ação docente, bem como de concepções epistemológicas que fundamentem e deem sentido à prática educativa.

6. PERFIL DO CURSO

6.1. Princípios e Ações Norteadoras do Projeto Pedagógico do Curso

O curso de Licenciatura em Ciências Agrárias do IF Baiano – *Campus* Senhor do Bonfim é um curso de caráter presencial, com duração de 4 anos e está alicerçado pela demanda crescente de profissionais licenciados, com vistas a suprir principalmente o ensino agrário com professores capacitados que irão atuar no âmbito da Educação Básica.

O forte traço socioambiental na formação do licenciado em Ciências Agrárias comunga com as propostas de desenvolvimento local e territorial, emergindo anseios de desenvolvimento com sustentabilidade advinda de inúmeros fóruns de discussão da sociedade civil e dos governos, a exemplo das agendas 21 e da legislação ambiental vigente. Portanto, tal profissional com o conhecimento pedagógico e em ciências agrárias poderá exercer suas atividades profissionais nos mais diversos espaços de educação, compondo equipes multidisciplinares de programas ambientais e de agroecologia, destinados especialmente a comunidades de agricultores familiares no semiárido baiano, desempenhando sua função educativa.

A concepção de formação na qual se pauta este Projeto Pedagógico de Curso tem como bússola o Projeto Pedagógico Institucional do IF Baiano, e engloba

[...] os aspectos humano, político, cultural, científico, técnico, tecnológico, artístico e estético, com vistas ao desenvolvimento de sujeitos autônomos, críticos e criativos, capazes de atuar de forma responsável, transformadora e cooperativa nos diversos âmbitos da vida pessoal e profissional (BAHIA, 2014, p. 31).

Nessa perspectiva, é papel basilar da licenciatura formar professores e professoras para atuar na Educação Básica, por intermédio de uma articulação entre o conhecimento científico e os desafios da educação nacional, de maneira a criar estratégias que ressignifiquem, ampliem e socializem esse conhecimento para com a comunidade (BAHIA, 2014). O conhecimento só mostra funcionalidade e significado quando situado nos contextos e situações que o acionam como elemento interventivo-mediador da realidade, é sob esse prisma que compreendemos a licenciatura e a formação do professor.

O Projeto Pedagógico (2014), bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano (2015) compreendem a formação na graduação como um lugar privilegiado e um tempo para a construção de competências, contudo, não se trata de competência no sentido do capital humano e da racionalidade técnica, mas de uma compreensão de competência concatenada à ideia de *práxis*, haja vista ser reducionista conceber alguém como competente se seus conhecimentos, saberes e habilidades não forem engendrados por meio de um diálogo reflexivo entre a teoria e a prática. É lúcido e premente que entendamos teoria e prática como componentes indissociáveis do processo interdependente de pensar e agir, é nesse sentido que Vasquez (1977, p. 61) define *práxis* como sendo “[...] a atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade: prática na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica na medida em que esta ação é consciente”.

O paradigma do pensar e do agir enquanto ações complementares e/ou da teoria e da prática como elementos que se retroalimentam aponta para a necessidade de possibilitar aos sujeitos em processo de formação condições e estratégias para que desenvolvam a capacidade de se comunicarem com efetividade e saberem conviver e trabalhar cooperativamente com os demais sujeitos que integram seus ambientes de convivência e de trabalho. Trata-se de um processo de formação que torne o sujeito consciente da efemeridade dos conhecimentos, dos saberes, das informações e de toda uma gama de práticas sociais, posto que as aceleradas mudanças sociais e tecnológicas da contemporaneidade exigem dos atores sociais flexibilidade para conviver com as incertezas do mundos do trabalho e do campo científico, respondendo assertivamente aos apelos de uma sociedade, em que saber lidar com o inusitado é uma condição basilar de quem deseja incluir-se nessa sociedade em que tudo parece transitório.

6.2. Características da formação do Licenciado em Ciências Agrárias

A formação do Licenciado em Ciências Agrárias busca subsidiar o futuro docente no mundo do trabalho, com discernimento para compreender os diferentes conhecimentos produzidos tanto para os sistemas agrícolas produtivos, conservação dos recursos naturais quanto para o fazer didático-pedagógico nas instituições de ensino.

Também será característica da formação do Licenciado em Ciências Agrárias diagnosticar correlações existentes entre realidades do campo e a sustentabilidade dos agroecossistemas, e, sobretudo, capacitar profissionais com iniciativa de desenvolver habilidades voltadas ao processo de ensino-aprendizagem, pesquisa educacional, programas de educação ambiental, composição de equipes multidisciplinares de Estudos de Impacto Ambiental, Estudos Ambientais e Relatórios de Impacto Ambiental – RIMA, dentre outros que se relacionem com a realidade rural brasileira, com ênfase especial no semiárido.

6.3. Princípios norteadores para a formação

O Licenciado em Ciências Agrárias está apto para a docência do ensino agropecuário, atuando em atividades didático-pedagógicas, de pesquisa e extensão, dentre outras atividades técnico-científicas, nos diferentes contextos educacionais e socioambientais.

Considerando as recomendações da Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE, de nº 2, de 1º de julho de 2015, a qual determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, podemos perceber no Parágrafo único do 7º artigo

uma preocupação com uma formação docente calcada no conhecimento do cotidiano das instituições escolares, como também no conhecimento e domínio de ações e fazeres que tornem os licenciandos hábeis para a docência e conhecedores dos contextos e realidades em que essa docência se desenvolve.

Parágrafo único. O PPC, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

- I - estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;
- II - desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;
- III - planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;
- IV - participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;
- V - análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;
- VI - leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;
- VII - cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;
- VIII - desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;
- IX - sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento.

O que se pode perceber no artigo 7º, no parágrafo único da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, tomando por análise os incisos de I a IX, é uma preocupação com uma docência que envolva a capacidade de exercer as atividades pedagógicas para além da sala de aula, tendo conhecimento das rotinas, ritos e cotidianos das instituições e dos fazeres educacionais formais, envolvendo o domínio dos conhecimentos pedagógico, técnico-científico e dos saberes experienciais.

A proposta de formação em nível de graduação com base no Projeto Político Pedagógico Institucional, no Plano de Desenvolvimento Institucional e na Resolução supracitada, entende que a educação superior, no âmbito da graduação no IF Baiano deve estar imbuída de se colocar para além de formar o trabalhador qualificado e a trabalhadora qualificada para as necessidades dos mundos do trabalho, mas, sobretudo, deve voltar-se para a formação das pessoas com vistas ao pleno exercício da cidadania, nesse contexto de complexidade e de efemeridade da sociedade contemporânea.

Assim sendo, são requisitos imprescindíveis à formação dos futuros licenciados em Ciências Agrárias.

- Utilização de princípios e inovações tecnológicas no desenvolvimento e planejamento voltado para as suas múltiplas atuações, no caminho da docência e inserção no mundo do trabalho;
- Avaliação do processo de ensino-aprendizagem no contexto teórico e prático, numa perspectiva dialógica e dialética, compreendendo o processo avaliativo como mecanismo regulador da formação e do progressivo avanço do sujeito;
- Planejamento enquanto balizador da formação e propiciador de um paulatino e complexo desenvolvimento do licenciando;
- Interdisciplinaridade como princípio que dá significado ao conhecimento e conduz a uma formação crítica e cidadã;
- Compromisso com a profissão, exercendo atividades alicerçadas na ética e conduta crítica, diante do meio socioeconômico, político, cultural e ambiental;
- Desenvolvimento do potencial de educadores para fomentarem em suas comunidades projetos sustentáveis no campo das Ciências Agrárias;
- Valorizar a troca de saberes envolvendo a comunidade, os agricultores e os espaços formativos de educação, além de desenvolver pesquisas sobre práticas educacionais.

7. REQUISITOS DE INGRESSO

O curso de Licenciatura em Ciências Agrárias se destina a alunos que já concluíram o Ensino Médio nas suas diversas modalidades e profissionais em atividade das diversas áreas do conhecimento, desde que tenham concluído o Ensino Médio. A forma de acesso dessa clientela ocorrerá de acordo com as normas da Organização Didática dos Cursos de Graduação (ODCG), Capítulo II, Artigo 42. No primeiro período do curso, o discente deverá obrigatoriamente cursar todas as disciplinas listadas (Título V, Capítulo III, Artigo 44 e § 1 da ODCG).

As formas de acesso ao Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, *Campus Senhor*

do Bonfim, previstas na Organização Didática dos Cursos de Graduação (ODCG) do IF Baiano são: processo seletivo (Sistema de Seleção Unificada – SISU) por meio do desempenho obtido no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), transferência compulsória, transferência facultativa, portador de diploma de curso superior de graduação em áreas afins, ou convênio interinstitucional, sendo ofertadas 40 (quarenta) vagas, anualmente, para ingresso de discentes.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

O curso de Licenciatura em Ciências Agrárias do Instituto Federal Baiano *Campus* Senhor do Bonfim está a serviço da formação de professores.

A carga horária total do curso é de 3.315 (três mil, trezentas e quinze) horas, estando os componentes curriculares distribuídos em oito semestres, podendo o curso ser concluído em, no mínimo, quatro anos e, no máximo, oito anos. Os componentes curriculares de dimensão pedagógica equivalem a mais de 1/5 da carga horária total do curso.

Em cada semestre serão ofertados componentes curriculares de caráter pedagógico, de formação de professores e específicos da área de Ciências Agrárias. Convém salientar que além das disciplinas obrigatórias, são oferecidas disciplinas optativas, permitindo assim um leque maior de oportunidades para a formação profissional.

Os semestres do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias do *Campus* Senhor do Bonfim estão organizados de forma a atender a legislação básica que dispõe sobre a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura e de graduação plena, a saber:

- 400 (quatrocentas) horas de pesquisa e práticas pedagógicas como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso.
- 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do quinto semestre do curso.
- 2 300 (duas mil e trezentas) horas de aulas para conteúdos curriculares de natureza científico- culturais.
- 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

8.1. Campos de Atuação Profissional

O Licenciado em Ciências Agrárias poderá contar com diversos itinerários e campos de atuação profissional, tais como:

- Docência nas Instituições de Ensino Fundamental, Médio e Profissional nas suas diversas modalidades;
- Atuação junto à comunidade escolar na orientação de projetos de agricultura familiar e economia solidária;
- Orientação, elaboração e acompanhamento de projetos pedagógicos pautados na pedagogia da alternância;
- Docência em escolas não profissionalizantes que ofereçam disciplinas de formação especial na área agrícola;
- Atuação em Secretarias de Agricultura, Planejamento, Meio Ambiente, Assuntos Fundiários, Instituições de Pesquisas, Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Criação, implementação e acompanhamento de projetos e Programas de desenvolvimento agrícola sustentável junto a instituições públicas, cooperativas, ONGs e outras instituições congêneres, especialmente, vinculadas a processos, ações e atividades educacionais;
- Atuação na gestão de cursos da área agrícola, ambiental ou afins;
- Participação em grupos multiprofissionais ou interdisciplinares para produção de estudos e programas ambientais;

9. METODOLOGIA DO CURSO

9.1. Princípios Pedagógicos e Epistemológicos

A formação docente contemporânea se baseia no ideário de conhecimento enquanto construção do sujeito nas múltiplas relações que esse desenvolve com os seus pares. Nessa ótica, o docente é o mediador que, através de seu embasamento teórico e da reflexão de sua prática, estuda como se aprende, e pensa estratégias que facilitem a aprendizagem dos educandos e que promovam hábitos e atitudes em consonância com o desenvolvimento

sustentável.

Considerando que os contextos socioculturais são distintos, há o entendimento de que os indivíduos implicados no processo de ensino e aprendizagem têm vivências peculiares e conhecimentos prévios diferenciados; assim as aprendizagens precisam ser significativas e imbuir-se de desafios propiciadores de um fazer pedagógico instigante e reflexivo que contemple a pluralidade de concepções e linhas pedagógicas, posto que o processo de ensino engloba a diversidade da comunidade e de saberes para qual está voltada a sua ação educativa.

Entendendo-se a importância da valorização da diversidade como forma de respeito às diferenças entre os indivíduos e como mecanismo de engrandecimento das diferentes raças e culturas, serão adotados como pressupostos de trabalho a transversalidade e a interdisciplinaridade para o trabalho com as temáticas Relações Étnico-Raciais, Cultura Afro-Brasileira e Africana e povos indígenas.

Nessa perspectiva, o licenciado em Ciências Agrárias será instrumentalizado de modo teórico e prático para trabalhar com os conteúdos ora citados como preceitua a Lei 10.639/03, modificada pela Lei 11.645/08, a qual torna conteúdo escolar obrigatório o trabalho com as temática das Relações Étnico-Raciais, Cultura Afro-Brasileira e Africana e dos povos indígenas.

A formação de licenciados em Ciências Agrárias pretendida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus* Senhor do Bonfim deve assegurar a aquisição de competências que visem a um domínio teórico-prático das ações didático-pedagógicas.

Essa formação deve se voltar para o desenvolvimento da capacidade investigativa, instigando o raciocínio crítico e reflexivo. O conhecimento deve conduzir os sujeitos a um estado de independência, afinal esse sujeito está em processo constante de formação. Por isso, a tematização da prática docente é aqui enxergada como viés de formação, levando-se em conta que as problemáticas surgidas e sugeridas no fazer pedagógico cotidiano é um campo fecundo para a construção da profissionalização.

Sob esse prisma, propondo-se a analisar certas situações didáticas junto com colegas e parceiros mais experientes ou com um formador, isto é, dispondo-se a tematizar sua prática, o docente “[...] pode construir observáveis para algo que não foi possível constatar no momento da ação. Este distanciamento permite pensar como, quando e por que intervir de um modo e não de outro, sempre com base numa fundamentação teórica” (CARVALHO; KLISYS; AUGUSTO, 2006, p. 127).

A tematização da prática docente é um elemento de suma importância na formação de todo e qualquer professor, visto que essa ação leva esse professor a se autoformar e a usar as questões sugeridas pelos seus fazeres e saberes para ampliar as suas capacidades como profissional da educação. Contudo, aliado a tal tematização, está o caráter extensionista da formação, caráter esse que põe em evidência o papel da academia de ultrapassar seus muros e de contribuir com as diversas instâncias sociais, oferecendo uma série de serviços pautados em conhecimentos, saberes e práticas que podem mediar as condições de vida dessa sociedade por meio de auxílio técnico-científico, consultorias, atividades esportivas, de entretenimento e de lazer, projetos e um conjunto de ações de cunho educativo, social, cultural, científico e tecnológico que reflitam anseios e necessidades de uma dada comunidade e contribua para a produção de conhecimento e para aprendizagem.

As práticas de extensão são um dos requisitos que toda e qualquer instituição de ensino superior precisa valorizar e, na formação docente, a extensão tende a ajudar o professor a perceber as implicações socioculturais e sociopolíticas do seu trabalho. A extensão agrega maior valor ao trabalho da academia, posto que, através da extensão, se evidencia o sentido do conhecimento, se confere funcionalidade e significado aos saberes e à ciência.

Por isso, tanto o Projeto Pedagógico Institucional (2014) quanto o Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano (2015) evidenciam o caráter formativo da extensão e as fecundas trocas que essa promove entre a instituição de ensino superior e a comunidade.

O conhecimento propiciado pela extensão deve possibilitar a interação academia-comunidade e a atuação transformadora, que visem às necessidades e ao interesse da maioria da população com vistas ao desenvolvimento regional e a implementação de políticas públicas. Além disso, deve colaborar para o aperfeiçoamento e o progresso do ensino e da pesquisa aplicada (BAHIA, 2015, p. 64).

Inseridos numa proposta de formação que tem como um dos seus motes a extensão, os licenciandos se colocam para além da aquisição de conhecimentos técnico-científicos, até porque tais conhecimentos se esvaziam quando não integrados à realidade. Pensar a aprendizagem a partir de uma abordagem inovadora implica que essa aprendizagem se coloque para além da aplicação imediata, instigando o sujeito a criar e a responder a desafios, a ser capaz de engendrar tecnologias e a desenvolver a habilidade de aprender e a recriar constantemente, isto é, a licenciatura deve se transformar no *locus* de construção/produção do conhecimento em que o professor em processo de formação atue como sujeito da aprendizagem.

Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano (2015), no seu item 3 que trata do Projeto Pedagógico da Instituição, mais especificamente no sub-item 3.4, que faz considerações acerca da Organização Didático-Pedagógica, faz a seguinte consideração:

Como instituição de educação superior, básica e profissional, contemplando as modalidades de educação a distância, de jovens e adultos e do campo, entre outras, a proposta didático-pedagógica dos cursos assume um papel de importância substantiva, na medida em que o Instituto forma pessoas capazes de compreender as realidades do mundo, refletindo e intervindo nos diferentes contextos locais e regionais, de maneira crítica, sem perder a dimensão do global. (BAHIA, 2015, p. 102).

Somente através de uma atitude problematizadora e reflexiva pode-se pensar num profissional que compreenda a realidade circundante e a realidade global que, mediado por essa compreensão, consiga realizar um trabalho pedagógico crítico, inventivo e transformador.

Esse profissional precisa formar-se e entender tal formação numa perspectiva de incompletude perene, conforme sugestão de Freire:

Aqui chegamos ao ponto de que devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou a sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente (Freire, 1996, p. 50).

Tal visão de inconclusão dá aos sujeitos a salutar sensação de incerteza; um educador que constrói uma prática no princípio de incerteza estará sempre disposto a revê-la, a discuti-la com seus pares, a experimentar novas teorias, a desconstruir discursos e a rever saberes e fazeres. Estar ciente de que não existem certezas é uma postura mais que razoável e, não deve ser vista como sinônimo de insegurança, mas de lucidez, logo que a educação e o processo de instrução seguem a dinâmica da vida e esta não deve comportar linearidades e hábitos aleatórios.

Desse ponto de vista, a educação é um fazer humano que não possui terminalidade, porquanto o sujeito se constrói nesse jogo contraditório do saber e do não saber. É do confronto de ideias, do embasamento teórico, da troca de experiências, do compartilhar de descobertas, assim como da divulgação e da experimentação de novos instrumentos e técnicas de trabalho que emerge o educador necessário à realidade e ao contexto das sociedades contemporâneas.

Tendo em vista o exposto, a Licenciatura em Ciências Agrárias adotará os seguintes princípios norteadores:

- Educação e ciência como processos transitórios e de incompletude;
- A pesquisa enquanto princípio pedagógico;

- Promoção e valorização das atividades de extensão, sendo essas compreendidas como papel importante da academia posto que intervém na sociedade e no cotidiano;
- Conhecimento enquanto prática de construção e ressignificação dos sujeitos;
- Não terminalidade da formação docente;
- Visão inter e transdisciplinar dos conhecimentos técnicos e científicos;
- Formação docente compreendida sob o paradigma do “aprender a aprender”;
- Articulação e interdependência das dimensões teóricas e práticas;
- Valorização dos saberes existentes como princípio educativo e de exercício profissional;
- Tematização da prática enquanto ação que objetiva a contextualização e o caráter significativo do conhecimento e da aprendizagem.

A Licenciatura em Ciências Agrárias, na proposta do IF Baiano, *Campus Senhor do Bonfim*, pretende se fortalecer evidenciando a necessidade de que os docentes saibam mover saberes e se comprometam em buscar transpor as ideias das várias teorias postas em análise, transformando o domínio dos saberes teóricos e das ações em metodologia, isto é, em prática pedagógica. Esse é um dos grandes desafios que se coloca como alvo das licenciaturas na atualidade.

Logo, o compromisso maior do curso de licenciatura aqui proposto é, justamente, com a formação imbuída de uma gama de saberes, habilidades e competências que o caracterizam como profissional da educação, dando ênfase na sustentabilidade, a fim de assegurar, não como simples especialista numa área do conhecimento, mas uma formação de um profissional de educação na área de Ciências Agrárias que leve em conta a agricultura enquanto construção social e que vislumbre a construção de agroecossistemas sustentáveis sob as seguintes dimensões: social, econômica, cultural, política e ambiental. Assumindo, portanto, o lócus Educação enquanto espaço formativo de sujeitos na área das Ciências Agrárias responsáveis pela conjugação de ensino, agricultura, qualidade de vida e sustentabilidade.

9.2. Projetos Integradores

Os Projetos Integradores são uma forma concreta de trazer para a ação didático-pedagógica a vivência dos princípios da interdisciplinaridade, haja vista reconhecermos a

necessidade de promover momentos em que os professores e os alunos se unam em torno de um conjunto de ações que visem à integração dos vários campos do conhecimento, pois, com efeito, os saberes e conhecimentos se interpenetram e transitam pelas distintas áreas e campos do conhecimento sistemático que se configuram na escola no formato de disciplinas.

Ao se referir ao caráter eminentemente interdisciplinar dos Projetos Integradores, Barreto et al (2007, p. 6) explicita suas intenções e sentidos enquanto ação formativa:

[...] não se trata apenas, portanto, de um confrontar de disciplinas já constituídas, das quais, na realidade, nenhuma consente em abandonar seus princípios instituídos. Para se fazer interdisciplinaridade não basta, também, um assunto (um tema), mais que isso, é preciso criar um objeto novo, que não pertença a ninguém, mas que possa ser construído por todos, cada uma das disciplinas contribuindo de uma forma específica na construção de um saber que congrega a ação de equipe docente e discente do curso.

Proceder a uma ação que se pretenda interdisciplinar e, por isso, integradora de conhecimentos e saberes implica perceber que cada palavra, ação ou ideia tem um sentido diretamente ligado às nossas experiências individuais e coletivas, experiências essas que são sempre cunhadas num contexto sociocultural. Assim sendo, os conhecimentos e saberes só têm sentido na esfera das vivências dos sujeitos.

Por entendermos a importância das vivências, de um envolvimento real dos discentes com os temas e com toda uma gama de atividades desenvolvidas por meio do currículo proposto para o Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, a definição dos Temas Integradores terão como ponto de partida discussões prévias dos docentes com suas respectivas turmas, haja vistas ser o docente a pessoa mais indicada para sintetizar anseios e necessidades dos discentes no que se refere aos temas que possivelmente lhes despertem interesse e que consigam fazer um diálogo fecundo e transversal por meio de atividades que envolvam as formações pedagógica, técnico-profissional e humana concomitantemente.

O intuito basilar dos Projetos Integradores é promover a transversalidade por meio de uma articulação dos eixos de formação pedagógica com a formação profissional, assim sendo, se busca evidenciar para o discente a inter-relação das competências que estão sendo desenvolvidas no percurso formativo, identificando de que modos tais competências, entendidas como *práxis*, concorrem para a aquisição de outras competências, habilidades e capacidades almejadas ao longo do curso.

A busca de estudos de cunho transversal por meio dos Projetos Integradores, no contexto do referido curso, promove a articulação teoria-prática e incrementa os itinerários formativos à

medida que possibilita a pesquisa de temas que envolvem o mundo do trabalho, a vida cidadã, o domínio das Ciências da Educação e questões que têm a ver com a existência do ser humano e suas implicações nos distintos dilemas da contemporaneidade.

A complexidade na vida contemporânea requer da escola uma ação interdisciplinar, posto que as coisas do cotidiano, as ações dos sujeitos nos mais distintos contextos e a construção dos conhecimentos e dos saberes se dão de forma relacional, o mundo é uma teia em que todas as criações humanas e as dimensões do conhecimento/saber pelas sociedades encontram-se imbricadas, são interdependentes; vivemos um tempo de um conhecimento/saber em rede, de um saber que se constitui como teia. Nesse sentido a visão interdisciplinar “surge como uma tentativa de romper o percurso atual de fragmentação dos objetos do conhecimento nas diversas áreas, através da contrapartida do incremento de uma visão de conjunto do saber instituído” (BARRETO et al, 2007, p. 6).

No *Campus* Senhor do Bonfim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Os Projetos Integradores se darão a partir da escolha, a cada ano letivo, de um tema geral que abarque outros subtemas a serem definidos, como já dito anteriormente, pelos discentes e docentes em discussões na classe. A definição dos subtemas considerará as especificidades das áreas do conhecimento e, ao mesmo tempo, as imbricações que existem entre os conhecimento pedagógicos, específicos e de humanas. Todavia, essas áreas devem se relacionar com a compreensão do mundo do trabalho em suas visões laborais e do trabalho como criação histórica e humana que se transformam junto com as mudanças sócio-históricas.

Após os docentes, a Coordenação Geral de Ensino, junto com os Técnicos Pedagógicos dos Cursos, definirão o tema geral em reunião pedagógica, tendo por base as discussões já desenvolvidas com os discentes, cada turma deve escolher um coordenador, o qual ficará responsável por orientar a escolha do subtema dessa turma, a confecção de lista de material necessário para as atividades propostas para o trabalho didático-pedagógico e consequente ampliação do tema escolhido, bem como a composição física e a logística da Sala Temática, quando da culminância das atividades desenvolvidas.

As salas Temáticas (culminância) terão uma duração de três dias – no primeiro dia, acontecerá a arrumação das salas e, nos dois dias posteriores, se darão as apresentações. Para a arrumação e apresentação, as Salas Temáticas terão cada uma seu subtema e, por isso, uma composição física e lógica determinada pela estrutura e necessidades específicas das áreas do conhecimento que naquele subtema se articulam.

A avaliação se dará por meio de critérios basilares como qualidade da expressão oral/argumentos, pertinência científica e sociocultural do tema abordado, inovação/criatividade na forma de apresentar o tema, estética do material apresentado.

Para a avaliação dos trabalhos, será composta uma Comissão de Avaliação com os docentes do próprio *Campus* articulados em grupos que observarão um dado número de Salas temáticas ao longo dos dois dias de evento (culminância).

Antes do evento, far-se-á necessária a promoção de uma reunião com avaliadores, com antecedência, para que os mesmos fiquem inteirados sobre tema e outras questões que envolvem a atividade, dentre eles os critérios de avaliação a serem observados, bem como o nível de conhecimento que os docentes têm acerca daquele subtema.

Por se tratar de uma atividade científica na qual se visa partilhar conhecimentos construídos, as salas temáticas serão abertas à visitação pública de estudantes das mais distintas redes de ensino.

10. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias do IF Baiano, *Campus* Senhor do Bonfim, busca oferecer ao estudante possibilidades de aprendizagem que integrem conhecimentos das Ciências Agrárias com a Educação, para que o discente tenha oportunidades de se constituir professor com competência para atuar nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com ética, profissionalismo e responsabilidade socioambiental.

10.1. Fluxograma do Curso

Primeiro Semestre	Segundo Semestre	Terceiro Semestre	Quarto Semestre	Quinto Semestre	Sexto Semestre	Sétimo Semestre	Oitavo Semestre	Disciplinas Optativas
Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação 60h	Metodologia da Pesquisa Científica 60h	Psicologia da Educação 60h	Didática 60h	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I 60h	Forragicultura e Manejo de Pastagens - 45h	Libras 60h	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II 90h	Inglês Instrumental 60h
Introdução à Química 60h	Física 60h		Políticas Educacionais 45h	Entomologia Agrícola 60h	Caprinovincultura 60h	Bovinocultura 60h	Equideocultura 45h	Apicultura e Meliponicultura 60h
Fundamentos da Matemática 60h	Fundamentos de Biologia 60h	Anatomia e Fisiologia Animal 60h	Topografia e Geoprocessamento 60h	Horticultura 60h	Culturas Anuais 60h	Fruticultura 60h	Irrigação 60h	Leitura e Produção Textual 60h
Introdução à Zootecnia 45h	Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas 60h	Anatomia e Fisiologia Vegetal 60h	Fitopatologia 60h	Manejo e Conservação do Solo e Água 45h	Estatística Experimental 60h	Ecologia, Meio Ambiente e Agroecologia 60h	Manejo e Potencialidades do Semiárido 45h	Educação Inclusiva 60h
Gênese e Morfologia do Solo - 45h	Processamento de Produtos de Origem Vegetal 30h	Processamento de Produtos de Origem Animal 45h	Avicultura 60h	Suínocultura 45h	Optativa I	Optativa II		Tópicos Especiais em Educação e Ciências Agrárias 60h
Pesquisa e Práticas Pedagógicas I 100h	Pesquisa e Práticas Pedagógicas II 100h	Pesquisa e Práticas Pedagógicas III 100h	Pesquisa e Práticas Pedagógicas IV 100h	Introdução à Mecanização Agrícola - 45h	Estágio Supervisionado II 100h	Estágio Supervisionado III 120h	Estágio Supervisionado IV 120h	
Seminário Temático Interdisciplinar I- 20h	Seminário Temático Interdisciplinar II- 20h	Seminário Temático Interdisciplinar III- 20h	Seminário Temático Interdisciplinar IV- 20h	Estágio Supervisionado I 60h	385h	420h	360h	
390h	390h	390h	405h	375h	3115 + 200 = CH TOTAL – 3315h			
Formação Geral	Formação Específica	Formação Pedagógica	Disciplinas Optativas					

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS:

2115 horas

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: 400 horas

CARGA HORÁRIA TOTAL: 3315 horas

DISCIPLINAS OPTATIVAS: 120 horas

ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 200 horas

TEMPO MÍNIMO DE INTEGRALIZAÇÃO: 4 anos

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: 400 horas

SEMINÁRIOS TEMÁTICOS: 80 horas

TEMPO MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO: 8 anos

10.2. Representação gráfica do perfil de formação do Curso

Conteúdos Específicos das Ciências Agrárias		
Disciplinas	Código	C. H.
Introdução à Zootecnia	INZ0001	45
Gênese e Morfologia do Solo	GMS0002	45
Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas	FSN0003	60
Processamento de Produtos de Origem Vegetal	POV0004	30
Economia e Administração Rural	EAR0005	45
Anatomia e Fisiologia Animal	AFA0006	60
Anatomia e Fisiologia Vegetal	AFV0007	60
Processamento de Produtos de Origem Animal	POA0008	45
Topografia e Geoprocessamento	TPG0009	60
Fitopatologia	FTP0010	60
Avicultura	AVI0011	60
Entomologia Agrícola	ENA0012	60
Horticultura	HOR0013	60
Manejo e Conservação do Solo e Água	MSA0014	45
Suinocultura	SUI0015	45
Introdução à Mecanização Agrícola	DEW0016	45
Forragicultura e Manejo de Pastagens	FMP0017	45
Caprinovinocultura	COC0018	60
Culturas Anuais	CUA0019	60
Estatística Experimental	ESE0020	60
Bovinocultura	BOV0021	60
Fruticultura	FRUT0022	60
Ecologia, Meio Ambiente e Agroecologia	EAA0023	60
Equideocultura	EQD0024	45
Irrigação	IRR0025	60
Manejo e Potencialidades do Semiárido	MPS0026	45
Total		1380

Conteúdos Gerais		
Disciplinas	Código	C. H.
Introdução à Química	IQU0001	60
Fundamentos da Matemática	FUM0002	60
Física	FIS0003	60
Fundamentos de Biologia	FBI0004	60
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	TCI0005	60
Libras	LIB0006	60
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	TII0007	90
Total		450

Conteúdos da Formação Pedagógica		
Disciplinas	Código	C. H.
Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação	FUN0001	60
Metodologia da Pesquisa Científica	MET0002	60
Psicologia da Educação	PSI0003	60
Didática	DID0005	60
Políticas Educacionais	POL0006	45
Pesquisa e Práticas Pedagógicas I	PPP0007	100
Pesquisa e Práticas Pedagógicas II	PPP0008	100
Pesquisa e Práticas Pedagógicas III	PPP0009	100
Pesquisa e Práticas Pedagógicas IV	PPP0010	100
Estágio I	EST0011	60
Estágio II	EST0012	100
Estágio III	EST0013	120
Estágio IV	EST0014	120
Seminário Temático Interdisciplinar I	STI0015	20
Seminário Temático Interdisciplinar II	STI0016	20
Seminário Temático Interdisciplinar III	STI0017	20

Seminário Temático Interdisciplinar IV	STI0018	20
Total		1165
Carga horária total de disciplinas específicas = 1380 horas Carga horária total de conteúdos gerais = 450 horas Carga horária total de formação pedagógica = 1085 horas Carga horária total da disciplina Seminários Temáticos = 80 horas Carga horária mínima das disciplinas optativas = 120 horas Carga horária mínima das atividades complementares: 200 horas		

11. PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR - PCC

11.1. Primeiro Semestre

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação</i>	48 horas	12 horas	60 horas	Não possui
EMENTA				
Conceito de educação. Natureza da filosofia, saber e conhecimento. Educação e Filosofia. Função social da escola. Educação e relações de poder. Relações entre cultura, educação e escola. Problemas e perspectivas da educação contemporânea. Estudo de pensadores que contribuíram para a reflexão sobre problemas pedagógicos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CHAUI, M. de S. Convite à Filosofia . 12. ed. São Paulo - SP, Brasil: Ática, 2002. LEÃO, E. C. Aprendendo a pensar . 3 ed. Ed: Vozes, Petrópolis, 1991. PRADO JR. C. O que é Filosofia? Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CHATELET, J. F. Uma história da razão . São Paulo: Zahar, 1999. MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT, J. D. A Teoria do conhecimento: Uma introdução temática São Paulo : Martins Fontes, 2004. GADOTTI, Moacir. História das Idéias Pedagógicas . 8ª ed. São Paulo: Ática. 2005.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Introdução à Química</i>	48 horas	12 horas	60 horas	Não possui
EMENTA				
Modelos atômicos. Periodicidade química. Ligações químicas. Funções químicas inorgânicas e orgânicas. Soluções. Equilíbrios químicos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química - Questionando a Vida Moderna e o Meio				

<p>Ambiente. 5ª ed., Bookman Ed., 2010.</p> <p>BROWN, Theodore L.; LEMAY, H. Eugene; BURSTEN Bruce E. Química: a ciência central. Ed. Pearson Education, 2014.</p> <p>BRADY, J.B.; HUMISTON, G.E. Química Geral. Segunda Edição, LTC Livros Técnicos e Científicos, Vol.1 e 2, RJ, 1995.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>RUSSEL, J. B. Química Geral. Volume 1 e 2. São Paulo. McGraw-Hill, 1992.</p> <p>BAIRD, C.; CANN, M. Química Ambiental. 4º ed. Bookman, 2011.</p> <p>KOTZ, J.C.; TREICHEL, P.M. Química e Reações Químicas. Terceira Edição, LTC Livros Técnicos e Científicos, vol.1 e 2, RJ, 1998.</p>

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Fundamentos da Matemática</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Revisão de conjuntos numéricos, Números reais, conceito de par ordenado, produto cartesiano, relação entre dois conjuntos, conceitos de funções, tipos de funções (real, linear, periódica, trigonométrica, exponencial e logarítmica).				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar. (Vols. 1 a 10). São Paulo: Atual, 2005.</p> <p>DANTE, L. R. Matemática: contextos e aplicações. (Vols. 1, 2 e 3). São Paulo: Ática 2007.</p> <p>PAIVA, M. Matemática. Volume único. 1ª.ed. – São Paulo: Moderna, 2005.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>STEINBRUCH, A., WINTERLE, P. Introdução à Álgebra Linear. São Paulo: Pearson Education d Brasil, 1997.</p> <p>CALLIOLI, C. A. Álgebra linear e Aplicações. 6. ed.rev. São Paulo: Atual 1990.</p> <p>DOLCE, O., POMPEO, J. N. Fundamentos de Matemática Elementar. Geometria Plana. Vol: 9. São Paulo: Atual, 1995.</p>				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Introdução à Zootecnia</i>	<i>36 horas</i>	<i>9 horas</i>	<i>45 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Estudo do histórico da zootecnia; A zootecnia e os seus objetivos. Importância social da zootecnia. Origens e domesticação das espécies; Implicações socioeconômicas e ambientais da produção animal. Glossário de termos zootécnicos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>MILLEN, E. Guia do Técnico Agropecuário – Veterinária e Zootecnia. 1 ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 794 p. 1983.</p> <p>TORRES, A. P.; JARDIM, W. R.; JARDIM, L. M. B. F. Manual de Zootecnia-raças que interessam ao Brasil. 2 ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 303 p. 1982.</p> <p>TORRES, G. C. V. Bases para o estudo da Zootecnia. 1 ed., Salvador –BA, Pelotas-RS: UFBA, UFPEL, 464 p. 1990.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
DURÃES, M. C.; BRUSCHI, J. H. Avaliação, julgamento e preparo de vacas leiteiras para				

eventos. 1 ed. Viçosa: CPT, 146p. 2006.
 PIRES, M. F. A.; CAMPOS, A. T. **Conforto animal para maior produção de leite.** 1 ed. Viçosa: CPT, 252 p. 2008.
 FERREIRA, W.M. **Zootecnia Brasileira: quarenta anos de história e reflexões/Associação Brasileira de Zootecnistas.** Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 2006. 82p

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Gênese e Morfologia do Solo</i>	<i>36 horas</i>	<i>9 horas</i>	<i>45 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Definições e aplicações da ciência do solo. Principais minerais e rochas. Intemperismo. Fatores de formação do solo. Pedogênese. Noções de física do solo. Morfologia e descrição de perfil de solo. Introdução ao Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. 2 ed. O. Textos: São Paulo, 2010. 216 p. OLIVEIRA, J.B. Pedologia Aplicada. 3. ed. Piracicaba-SP: FEALQ, 2008. 592 p. RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S. B.; CÔRREA, G. F. Pedologia: base para distinção de ambientes. 5. ed. Lavras: Ed. UFLA, 2007. 322 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
KER, J. C.; CURI, N.; SCHAEFER, C. E. G. R.; VIDAL-TORRADO, P. Pedologia: fundamentos. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2012. 343 p. SANTOS, R. D. et al. Manual de descrição e coleta de solo no campo. 6. ed. Viçosa: SBCS, 2013. 99 p. EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006. 412 p.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Pesquisa e Práticas Pedagógicas I</i>	<i>80 horas</i>	<i>20 horas</i>	<i>100 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
A noção de texto. Texto verbal e não verbal. A produção de efeitos de sentido a partir da leitura. A coerência e coesão textual. Técnicas de estudo e produção de textos científicos. Modalidades de Trabalhos científicos: resumo e resenhas. Pesquisa e cotidiano escolar.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. (Na ponta da língua; vol. 13) DALBERIO, O.; DALBERIO, M. C. B. Metodologia Científica: desafios e caminhos. São Paulo: Paulus, 2009. (Coleção educação superior) MEDEIROS, J. B. Redação Científica: A prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
MARCONI, M. de A. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnica de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2011.				

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
MACHADO, Ana Raquel (org.) et al. **Resumo - Leitura e Produção de Textos Técnicos e Acadêmicos – 1**. São Paulo: Parábola Editorial, Edição Atualizada. (Coleção Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos. V. 1).

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Seminário Temático Interdisciplinar I: O Ensino de Ciências Agrárias na Educação Básica.</i>	<i>12 horas</i>	<i>08 horas</i>	<i>20 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Educação básica e contemporaneidade; Interdisciplinaridade e a utilização das Ciências Agrárias em sala de aula; introdução à Ciências Agrárias na educação básica; minicursos e oficinas sobre o ensino de ciências agrárias na Educação Básica. Relatório das atividades.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
Variável dependendo do conteúdo a ser ministrado.				

11.2. Segundo Semestre

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Metodologia da Pesquisa Científica</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Natureza do Conhecimento. A construção do conhecimento. A produção do conhecimento científico e suas especificidades. Fundamentos epistemológicos da pesquisa científica. Métodos, técnicas e procedimentos de pesquisa. Procedimentos metodológicos e normatização da redação científica. A elaboração do projeto de pesquisa: a construção do problema; procedimentos técnicos; referencial teórico, coleta e análise de dados.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DEMO, P. Metodologia do Conhecimento Científico . 1ed. 11ª reimp. S. Paulo: Atlas, 2013. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. MALHEIROS, B. T.; RAMAL, A. (org.). Metodologia da pesquisa em educação . 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
DALBERIO, O.; DALBERIO, M. C. Metodologia Científica: Desafios e Caminhos . São Paulo: Paulus, 2009. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico . 23 ed. rev. e atual. 7ª reimp. São Paulo: Cortez, 2012. MOREIRA, M. A. Metodologia de Pesquisa em Ensino . São Paulo: LF Editorial, 2011.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Física</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				

O sistema Internacional de unidades, Conversão de unidades, Precisão de medidas, Instrumentos de medida, Vetores, Cinemática e estática, Força e Movimento, Trabalho e Energia, Conservação da Energia, Potência, Momento linear e sua conservação, Colisões, Momento angular da partícula e de sistema de partículas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CHAVES, A.; SAMPAIO, J. F. Física Básica: Mecânica . Rio de Janeiro: LTC, 2012. CHAVES, A.; SAMPAIO, J. F. Física Básica: Gravitação, Fluidos, Ondas e Termodinâmica . Rio de Janeiro: LTC, 2012. RAMALHO Jr., F.; FERRARO, N. G.; SOARES, P. A. T. Os Fundamentos da Física: Mecânica . São Paulo: Moderna, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CARRON, W.; GUIMARÃES, O. As Faces da Física . São Paulo: Moderna, 2006. MÁXIMO, A.; ALVRENGA, B. Física: Mecânica . São Paulo, Scipione, 2008. HALLIDAY, D., RESNICK, R. Fundamentos de Física , 4a ed., Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro, 1996, v. 1-4.

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Fundamentos da Biologia</i>	48 horas	12 horas	60 horas	Não possui
EMENTA				
Organização do sistema vivo. Organização geral das células. Noções de Bioenergética. Núcleo Celular. Genética Básica – Mendel e Pós Mendel. Noções de Biotecnologia.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular . 9. ed. Rio de Janeiro - RJ: Guanabara Koogan, 2013. 364 p. LIMA, C. P. Genética humana . 3 ed. São Paulo: HARBRA, 1996. xiv, 442 p. BARBOSA, H. R.; TORRES, B. B.; FURLANETO, M. C. Microbiologia básica . São Paulo -SP: Atheneu, 2010.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. Biologia . 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004. MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. Ensino de biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos . São Paulo: Cortez, 2009. 215 p. ALBERTS, B., BRAY, D., JOHNSON, A., LEWIS, J., RAFF, M., ROBERTS, K., WALTER P. Fundamentos da Biologia Celular (2ª Ed). Editora Artmed, Porto Alegre, 2006. DE ROBERTIS, E.D.P. Biologia Celular e Molecular (14ª Ed). Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2008.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas</i>	48 horas	12 horas	60 horas	Não possui
EMENTA				
Elementos essenciais e benéficos à nutrição das plantas. Sintomas de deficiência das plantas. Acidez do solo e Calagem. Principais fertilizantes e cálculos de adubação. Interpretação de análise do solo e recomendação de adubação para as principais culturas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

NOVAIS, R. F.; ALVAREZ V., V. H.; BARROS, N. F.; FONTES, R. L. F.; CANTARUTTI, R. B.; NEVES, J. C. L. (Eds) - Fertilidade do Solo . SBCS. 2007. 1017 p. FERNANDES, M. S. (Editor) – Nutrição Mineral de Plantas . SBCS. 2006. 432 p. LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos . 2 ed. O. Textos: São Paulo, 2010. 216 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
EPSTEIN, E.; BLOOM, A. J. Nutrição Mineral de Plantas – Princípios e Perspectivas . 2ª ed. 2006. 402 p. RIBEIRO, A. C.; GUIMARÃES, P. T. G.; ALVAREZ V, V. H. Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais . 5ª Aproximação. Viçosa, 1999. 359p. il. EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos . 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006. 412 p.

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Processamento de Produtos de origem Vegetal</i>	24 horas	6 horas	30 horas	Não possui
EMENTA				
Aspectos históricos e importância da tecnologia dos alimentos. Matérias-primas de origem vegetal. Noções sobre a estrutura, composição química e alterações dos alimentos de origem vegetal. Tecnologia, processamento e conservação de produtos de origem vegetal. Higiene e controle de qualidade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CHITARRA, M. I. F. & CHITARRA, A. B. Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio . Lavras: ESAL/FAEPE, 2005, 785p. GAVA, A. J. • Princípios de Tecnologia de Alimentos . S. Paulo, Livr. Nobel S. A., 1978. EVANGELISTA, J. Tecnologia de Alimentos . Rio de Janeiro: Livraria Ateneu, 1992. 625p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CORTEZ, L. A. B.; HONÓRIO, S. L.; MORETTI, C. L. Resfriamento de frutas e hortaliças . Campinas: UNICAMP/EMBRAPA, 2002. 482 p. CHITARRA, M. I. F. Processamento mínimo de frutos e hortaliças . Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. 119 p. MORETTI, C. Manual de processamento mínimo de frutas e hortaliças . EMBRAPA, 2007, 531p				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Pesquisa e Práticas Pedagógicas II</i>	80 horas	20 horas	100 horas	Não possui
EMENTA				
Trabalho docente: história, identidades, subjetividades, profissionalização, precarização. A organização do trabalho pedagógico na escola. Saberes e práticas de inclusão na Educação Básica (deficiências, distúrbios, transtornos e dificuldades de aprendizagem). Elaboração do Projeto de Pesquisa na área de formação do curso para o contexto escolar.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BRANDÃO, Z. A Crise dos Paradigmas e a Educação . 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.				

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. ZABALA, A. A Prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
NÓVOA, A. Profissão Professor. 2.ed. Porto: Porto Editora, 1999. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 10 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2005. ISBN: 978852490741-8

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Seminário Temático Interdisciplinar II: Políticas de Educação Ambiental</i>	<i>12 horas</i>	<i>08 horas</i>	<i>20 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Educação, Tecnologia e Educação Ambiental; Aproveitamento de resíduos; Reciclagem e destinação de resíduos; Sustentabilidade, tecnologia e meio ambiente; minicursos e oficinas sobre reciclagem e resíduos. Relatório das atividades.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
Variável dependendo do conteúdo a ser ministrado.				

11.3. Terceiro Semestre

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Psicologia da Educação</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Evolução histórica e conceitual da Psicologia como ciência. Principais correntes da Psicologia e suas relações com a educação. Conceito de aprendizagem a partir de diferentes correntes da psicologia, bem como as relações aprendizagem e prática docente.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BOCK, A. M. B. et. al. Psicologia: Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008. CARRARA, K. (organizador). Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. – São Paulo: Avercamp, 2004. SCHULTZ, D. P., SCHULTZ, S. E. História da Psicologia Moderna. 9ª Ed. São Paulo: Cengage, 2009.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
COOL, C. et. al. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da educação escolar. v.2 São Paulo: Artmed, 2004. VIGOTSKI, L. S. A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007. GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2001				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Economia e Administração Rural</i>	<i>36 horas</i>	<i>9 horas</i>	<i>45 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Sistema econômico: aspectos micro e macroeconômicos e seus desdobramentos na agricultura. Desenvolvimento do setor agrícola no Brasil: aspectos históricos e situação atual. Elaboração de projetos agropecuários e noções de Crédito Rural, com foco no PRONAF. Interação da atividade agrícola com os demais setores da economia brasileira: governo, indústria e comércio. A administração rural enquanto ramo da ciência da administração. Gestão de empreendimentos rurais. Sistemas agrícolas e agregação de valor. Desenvolvimento rural sustentável.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
GAUTHIER, F. A. O.; MACEDO, M.; LABIAK JUNIOR, S. Empreendedorismo . Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010. 120 p. SCHERER, F. O.; CARLOMAGNO, M. S. Gestão da inovação na prática: como aplicar conceitos e ferramentas para alavancar a inovação . São Paulo, SP: Atlas, 2009. 150 p. SOUSA, A. Gerência financeira para micro e pequenas empresas: um manual simplificado . Rio de Janeiro: Elsevier: SEBRAE, 2007. 143 p				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
VENTOLA, A. (Elab.). Administração e ambiente: conhecimento do processo administrativo . 2. ed. Brasília, DF: SENAR, 2008. 68 p. SAABOR, A. (Coord.). Plano de negócio para gestão empresarial: mercado frutícola: caderno de atividades . Brasília: IBRADEC, 2007. 168p. ARBAGE, A. P. Fundamentos de Economia Rural . 1. Ed. Chapecó-Sc: Editora Argos, 2006. V. 1. 272 P.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Anatomia e Fisiologia Animal</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Introdução à anatomia e fisiologia. Níveis de organização do organismo: Células, tecidos, órgãos e sistemas. Sistema esquelético, articulações, sistema muscular, sistema nervoso, órgãos dos sentidos, endocrinologia, tegumento, sistema cardiovascular, sangue e outros líquidos do corpo, defesas corporais e sistemas imunes, sistema respiratório, sistema digestório, sistema urinário, sistema genital masculino e feminino. Anatomia e fisiologia da glândula mamária e aves de granja.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
REECE, W. O. Anatomia funcional e fisiologia dos animais domésticos . 3ª ed. São Paulo, Roca. 2008. 480 p. WILKE, W. L.; FAILS, A. D.; FRADSON, R. D. Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda . 7ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2011. 413 p. DYCE, K.M. SACK, W.O. WENSING, C. J. G. Tratado de anatomia veterinária . 4ª ed. Elsevier. 2010				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
REECE, W. O. Fisiologia dos animais domésticos . 12ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2007. 942 p. GETTY, R.; SISSON, S.; GROSSMAN, J. D. Anatomia dos animais domésticos . 5ª ed. Rio de				

Janeiro, Guanabara Koogan, 2006. Vol. 1 e 2.
 CUNNINGHAM, J.G. **Tratado de Fisiologia Veterinária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.710p.

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Anatomia e Fisiologia Vegetal</i>	48 horas	12 horas	60 horas	Não possui
EMENTA				
Anatomia dos órgãos vegetativos e reprodutivos. Natureza e propriedades da água. A célula vegetal. Absorção de água e íons. Transpiração, condução de seiva bruta e elaborada e comportamento estomático. Fotossíntese. Metabolismos C ₃ , C ₄ e CAM. Hormônios vegetais.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal . 5ª ed. Ed. Artmed, Porto Alegre, 2013, 820p. il. KERBAUY, G. B. Fisiologia Vegetal . 2ª ed. Ed. Guanabara Koogan, 2013, 472 p. il. SOUZA, L.A.DE. 2003. Morfologia e Anatomia Vegetal: célula, tecidos, órgãos e plântula . Ponta Grossa, Editora UEPG. 259p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
SCHWAMBACH, C. SOBRINHO, G. C. Fisiologia Vegetal . Editora Érica, 2015. 192 p. il. GUREVITCH, J.; SCHEINER, S. M.; FOX, G. A. Ecologia Vegetal . 2ª ed. Ed. Artmed, 2009. 592 p. il. APPEZZATO-DA-GLÓRIA, B. & CARMELLO-GUERREIRO, S.M. (EDS.) 2003. Anatomia Vegetal . Viçosa, Editora Folha de Viçosa Ltda. 438p.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Processamento de Produtos de Origem Animal</i>	36 horas	09 horas	45 horas	Não possui
EMENTA				
Caracterização e classificação das matérias primas. Composição química e aspectos nutritivos da carne, leite, pescados e produtos das abelhas. Tecido muscular e bioquímica do “ <i>post-mortem</i> ”. Características sensoriais da carne, leite, pescado e produtos das abelhas. Espécies de pescados regionais de interesse industrial e métodos de captura. Métodos de conservação de carne e derivados, leite e derivados, pescado e derivados e produtos das abelhas. Processamento de carne e derivados, leite e derivados, pescado e derivados e produtos de abelhas. Utilização de subprodutos e resíduo da indústria de produtos de origem animal.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
PARDI, M. C.; SANTOS, I. F.; SOUZA, E. R.; PARDI, H. S. Ciência, Higiene e Tecnologia da Carne . 2ª ed. rev e ampl. Goiânia: UFG, 2007. Vol. 1. PARDI, M. C.; SANTOS, I. F.; SOUZA, E. R.; PARDI, H. S. Ciência, Higiene e Tecnologia da Carne . 2 ed. rev e ampl. Goiânia: UFG, 2007. vol. 2. ORDONEZ, J. Tecnologia de alimentos . Volume 2. Alimentos de origem animal – 1ª. Ed., Ed. Artmed – SP, 2005.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos . Atheneu. 2ª ed., 1992. 652p.				

GAVA, A. J. **Princípios de tecnologia de alimentos**. Nobel, 1986. 248p.
 BEHMER, M.L.A. **Tecnologia do leite**. 15 ed. São Paulo: Nobel, 1987. 320p.

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Pesquisa e Práticas Pedagógicas III</i>	80 horas	20 horas	100 horas	Não possui
EMENTA				
Educação e Diversidade (Educação de jovens e adultos, Educação do Campo, Quilombola, Indígena, Educação Especial). Estudo e análise da implementação das políticas etnorraciais no contexto escolar. Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa na área de formação do curso para o contexto escolar.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ALARCÃO, I. Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva . 2ª ed. São Paulo; Cortez, 2003. MARTINS, A. A. (org.) Educação do Campo: Desafios para a Formação de Professores . 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011. BARCELO, V. Formação de professores para a educação de Jovens e adultos . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
NUNES, A. E. S. S.; OLIVEIRA, E. V. (Orgs). Implementação das diretrizes curriculares para educação das relações étnicas raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação profissional e tecnológica . Brasília: MEC, SETEC, 2008. MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas . São Paulo: Cortez, 1996. LEITE, L. C. et al. Tecnologia educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula . São Paulo: Vozes, 2003.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Seminário Temático Interdisciplinar III: Tecnologias Agrícolas na Educação Inclusiva</i>	12 horas	08 horas	20 horas	Não possui
EMENTA				
Tecnologias agrícolas e Mediação Pedagógica. Modalidades e tendências dos ambientes pedagógicos informatizados para a Educação Inclusiva. Interação com tecnologias agrícolas específicas e não específicas para a Educação Especial. Minicursos e oficinas sobre Tecnologias agrícolas na educação inclusiva. Relatório das atividades.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
Variável dependendo do conteúdo a ser ministrado.				

11.4. Quarto Semestre

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
------------	-------------	------------	----------	---------------

<i>Didática</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Trajetória histórica da didática e formação de professores. Correntes pedagógicas e epistemológicas do fazer docente. Estuda a organização da dinâmica da prática pedagógica: o processo do planejamento e avaliação e as diferentes concepções. Pesquisa e prática docente em Ciências Agrárias. Reflexões sobre o processo didático. Pedagogia Histórico-crítico- social dos conteúdos e educação do campo. Conceitos de inter e transdisciplinaridade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CUNHA, M. Isabel. O bom professor e sua prática. Ed. Papirus, Campinas: SP, 1989. GADOTTI, M. História das ideias pedagógicas. Ed. Atica, São Paulo: SP, 1996. GARCIA, W. E. Educação – visão teórica e prática pedagógica. Ed. Macgraw-Hill, São Paulo: SP, 1996.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 1994. FONTOURA, A. Didática . Ed. Atica, São Paulo: SP, 1984.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Políticas Educacionais</i>	<i>36 horas</i>	<i>9 horas</i>	<i>45 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Estudo e análise do sistema educacional brasileiro, considerando os aspectos legais, sócio-políticos, administrativos, pedagógicos e financeiros, enfatizando a organização dos sistemas de ensino nos diversos níveis e modalidades. Análise das políticas públicas de educação no Brasil. Educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB no 9394/96). História e cultura afro-brasileira e indígena.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DEMO, P. A Nova LDB: Ranços e avanços . São Paulo: Papirus, 1997. MARTINS, Aracy Alves (org.) Educação do Campo: Desafios para a Formação de Professores . 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011. SAVIANI, D. A Nova Lei da Educação: LDB trajetória, limites e perspectivas. Coleção Educação Contemporânea . São Paulo: Cortez, 2008				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasileira . Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais . Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da Educação Brasileira, A Organização Escolar . Ed. Autores; Associados. Campinas; SP.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Topografia e Geoprocessamento</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Finalidade da topografia. Escalas. Grandezas. Planimetria. Erros. Determinação de ângulos. Goniometria. Medidas de distâncias horizontais e verticais. Medição de ângulos. Planilha de cálculo.				

Desenho Topográfico. Altimetria e planialtimetria. Curvas em Nível e em Desnível. Geoprocessamento e sua importância na área de ciências agrárias. Fundamentos de cartografia. Sistemas de posicionamento global. Modelagem digital de terrenos. Introdução a Sensoriamento remoto. Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Confecção de mapas em SIG.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CASACA, J. M.; MATOS, J. L.; DIAS, J. M. B. Topografia Geral . 4 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2007. 208p. COMASTRI, J. A.; TULER, J. C. Topografia Altimetria . 3 ed. Viçosa/MG: UFV, 2013. 200p MIRANDA, J. I. Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas . 2 ed. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 160p. BORGES, A. C. Topografia aplicada a engenharia civil (Vol. 1). 3 ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2013. CÂMARA G, Geoprocessamento para projeto ambiental . 2 ed. São José dos Campos (SP): INPE, 1998.

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Fitopatologia</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Introdução, aspectos econômicos relacionados aos problemas fitopatológicos. Conceitos e histórico da fitopatologia. Ocorrência dos diferentes tipos de doenças de plantas. Aspectos econômicos relacionados aos problemas fitossanitários. Sintomatologia e diagnose. Relações patógeno/hospedeiro. Fungos, Stramenopile. Bactérias. Nematóides. Vírus e outros agentes causadores de doenças de plantas. Epidemiologia. Princípios de controle de doenças de plantas. Controle biológico, químico, físico, genético e cultural de doenças de plantas. Controle integrado. Principais doenças associadas às culturas tropicais de importância econômica.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. Manual de fitopatologia: princípios e conceitos . 4ª edição. Ed. Agronômica Ceres. São Paulo. 2011. v. 1. 704p. KIMATI, H.; AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. & CAMARGO, L. E. A. ed. Manual de Fitopatologia: Doenças das Plantas Cultivadas . 4ª Edição. Editora Agronômica Ceres Ltda. São Paulo. 2005. v. 2, 666p. MENDES, M.A.S., SILVA, V.L. ET AL. FUNGOS EM PLANTAS NO BRASIL. BRASÍLIA:EMBRAPA, 1998.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BERGAMIN FILHO, A.; AMORIM, L. Doenças de plantas tropicais: epidemiologia e controle econômico . São Paulo: Agronomica Ceres, 1996. 299p. BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. Manual de Fitopatologia . Volume 1: Princípios e conceitos. 3. ed. São Paulo: Ceres, 1995. BERGAMIN FILHO, A., KIMATI, H., AMORIM, L. et al. Manual de Fitopatologia . Volume 2: Doenças de Plantas Cultivadas. 3. ed. São Paulo: Ceres, 1997.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
------------	-------------	------------	----------	---------------

<i>Avicultura</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Importância e situação atual da avicultura no Brasil e no mundo. Organização da cadeia produtiva e sistemas de produção. Instalações e equipamentos. Noções de anatomia. Raças e outros grupamentos genéticos. Produção de carne e ovos. Formação e componentes do ovo. Manejo e alimentação nas diferentes fases de criação. Medidas profiláticas e de higiene.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ABREU, R. D.; VIEIRA JUNIOR, J. R.; COSTA, M. C. M. M. Produção de frangos e ovos caipiras. 2ª ed. Brasília, Senar, 2004. 116p. ALBINO, L. F. T. Criação de frango e galinha caipira: Avicultura alternativa. 2ª ed. Viçosa, Apenda Fácil, 2005. 208 p. MENDES, A. A.; NAAS, I. A.; MACARI, M. Produção de frangos de corte. Campinas: FACTA, 2004. 356p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ALBINO, L. F. T.; BARRETO, S. L. T. Criação de codornas para produção de ovos e carnes. 1ª ed. Viçosa, Apenda Fácil, 2003. 268 p. ENGLERT, S. I. Avicultura: Tudo sobre raças, manejo e nutrição. 7ª ed. Guaíba, Agropecuária, 1998. 238p. ALBINO, L.F.T. Produção e manejo de frangos de corte. Editora UFV, 2008, 88p.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Pesquisa e Práticas Pedagógicas IV</i>	<i>80 horas</i>	<i>20 horas</i>	<i>100 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Processo de avaliação no contexto escolar: concepções, instrumentos e critérios. Elaboração de produção teórico-prática, decorrente do projeto de pesquisa, considerando os critérios acadêmicos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
HOFFMANN, J. M. L. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. LUCKESI, C. C. A Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. ROMÃO, J. E. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
VASCONCELLOS, C. S. Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. 16.ed. São Paulo. 2006. PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999. BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 7 ed. São Paulo: Papyrus, 2003				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Seminário Temático Interdisciplinar IV</i>	<i>12 horas</i>	<i>08 horas</i>	<i>20 horas</i>	<i>Não possui</i>

EMENTA
Seminário temático interdisciplinar; educação, ciência, comunicação e tecnologia; Sociedade, contemporaneidade e tecnologia; interdisciplinaridade e inovações tecnológicas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Variável dependendo do conteúdo a ser ministrado.

11.5. Quinto Semestre

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Elaboração do projeto de TCC (problema, hipótese ou argumento de pesquisa, objetivos, referencial teórico e metodologia). Etapas da construção do projeto. Normas da ABNT: Citações, referências Bibliográficas e Projeto de Pesquisa.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. Projeto de pesquisa – entenda e faça . Vozes, 2011. CRESWELL, J. W. Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo Entre Cinco Abordagens . 3ª Ed. Penso. 2014. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de Pesquisa – Propostas metodológicas . VOZES, 2008. GONÇALVES, H. de A. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica . 2ª Ed. Avercamp, 2014. PEREIRA, J. M. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica . 3ª Ed. ATLAS. 2012.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Entomologia Agrícola</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Introdução, importância e divisões da entomologia. A Classe Insecta. Morfologia externa dos insetos. Morfologia e anatomia interna. Reprodução e desenvolvimento. As Ordens dos insetos. Controle da ecdise e metamorfose. Controle químico e biológico.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BUENO, V. H. P. Controle Biológico de Pragas . 2ª ed. UFLA/FUNDECC. 2009. 429 p. GALLO, D. Entomologia Agrícola . Fealq. 2002. 920 p. ALMEIDA, L. M., COSTA, C. S. R., MARINONI, L. Manual de Coleta, Conservação, Montagem e Identificação de Insetos. Holos, Editora, Ribeirão Preto, SP. 1998. 78p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
LORINI, I. Controle integrado de pragas de grãos armazenados . Passo Fundo: Embrapa-CNPT, 1998. 52 p. BORROR, D.J. & DELONG, D.M. Introdução ao estudo dos insetos . Rio de Janeiro: USAID, 1969. 653p. BUENO, V.H.P. Controle biológico de pragas: produção massal e controle de qualidade .				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Horticultura</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Introdução à Horticultura. Importância nutricional, social e econômica das hortaliças. Classificação de hortaliças. Noções sobre botânica básica. Planejamento e implantação de hortas. Exigências edafo-climáticas em hortaliças. Nutrição e a adubação de hortaliças. Propagação sexuada e assexuada de hortaliças. O cultivo em ambiente protegido. Plantas medicinais, condimentares e aromáticas: cultivo e colheita. Colheita e comercialização de hortaliças.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FILGUEIRA, F.A.R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3. ed. rev. e ampl. Viçosa: UFV- Universidade Federal de Viçosa, 2013. 421 p.				
PENTEADO, Sílvia Roberto. Cultivo ecológico de hortaliças: manual de culturas orgânicas . 2. ed. Campinas, SP: Livros Via orgânica, 2010. 288 p.				
RAVEN, P.; EVERT, R.F.; EICHHORN, S.E. Biologia vegetal . 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007, 930 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FONSECA, E.M. DOS S.; ARAÚJO, R.C. de. Fitossanidade - Princípios Básicos e Métodos de Controle de Doenças e Pragas Vegetais . Editora Érica. 2015. 136p.				
MARTINAZZO, A.P. Colheita, secagem, armazenamento e comercialização de plantas medicinais, aromáticas e condimentares . Brasília: SENAR, 2006. 92 p.				
NASCIMENTO, W.M. Hortaliças: tecnologia de produção de sementes . Brasília: Embrapa Hortaliças, 2011. 316 p.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Manejo e Conservação do Solo e Água</i>	<i>36 horas</i>	<i>9 horas</i>	<i>45 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Caracterização edafo-climática do ambiente tropical. O solo como recurso natural. Preparo do solo. Capacidade produtiva do solo. Degradação dos solos e sua recuperação. Efeito da matéria orgânica sobre as propriedades físicas e químicas do solo. Aptidão agrícola das terras e Capacidade de uso das terras.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BERTONI, J., LOMBARDI NETO, F. Conservação do Solo . 8ª ed. Ed. Ícone. 2012. 355 p.				
PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo – a agricultura em regiões tropicais . Ed. Nobel, 2002.				
SATURNINO, H.M. & LANDERS, J.N. O meio ambiente e o plantio direto. Brasília: Embrapa-SPI, 1997. 116 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
SANTOS, G. A.; SILVA, L. S.; CANELLAS, L. P.; CAMARGO, F. A. O. (Eds). Fundamentos da Matéria Orgânica do Solo – Ecossistemas Tropicais e Subtropicais . 2ªed. 2008. 654 p.				
PIRES, F. R., SOUZA, C. M. de. Práticas mecânicas de conservação do solo e da água . Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2003. 176 p.				

PEREIRA, A. R. **Como selecionar plantas para áreas degradadas e controle de erosão**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte, MG: Fapi, 2008. 239 p.

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Suinocultura</i>	<i>36 horas</i>	<i>9 horas</i>	<i>45 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Importância econômica e situação atual da suinocultura. Origem, evolução e características do suíno doméstico. Raças e classificações. Sistemas de produção de suínos: instalações e equipamentos, tipos de sistemas de criação, organização da produção. Nutrição e manejo alimentar. Manejo sanitário: monitorias sanitárias, medidas profilático-sanitárias, principais doenças e biossegurança. Manejo reprodutivo, gestação e parto. Manejos dos leitões.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BERTOLIN, A. Suínos: Suinocultura . Curitiba, Paraná. Editora Lítero-Técnica. 1992. 302 P.				
FERREIRA, R. A. Suinocultura, manual prático de criação . Viçosa: Aprenda Fácil, 2012, 443p.				
SOBESTIANSKY, J.; WENTZ, I.; SILVEIRA, P. R. S.; SESTI, L. A. C. Suinocultura intensiva: Produção, manejo e saúde do rebanho . Brasília: Embrapa – SPI; Concórdia: Embrapa – CNPSa, 1998, 388p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BORTOLOZZO, F.P.; WENTZ, I.; BERNADI, M.L.; MELLAGI, A.P.G.; AMARAL FILHA, S.S.; PANZARDI, A.; VARGAS, A.J.; KUMMER, R.; WILLIAMS, N. A fêmea suína gestante: Suinocultura em ação . 1ª ed, Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2007.				
CORRÊA, M. N.; MEINCKE, W.; LUCIA Jr, T.; DESCHAMPS, J. C. Inseminação artificial em suínos. Pelotas, 2001, 194p.				
VIANNA, A.T. Os Suínos: Criação Prática E Econômica. 5ª. Edição. Editora Nobel, São Paulo, SP. 1975. 384 p.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Introdução à Mecanização Agrícola</i>	<i>36 horas</i>	<i>9 horas</i>	<i>45 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Mecanização Agrícola aplicada. Introdução ao estudo de máquinas e implementos agrícolas: Constituição dos tratores agrícolas. Manutenção de tratores e implementos agrícolas. Operacionalização de tratores agrícolas e seus implementos. Preparo do solo (inicial e periódico), plantio, cultivo, aplicação de defensivos e colheita. Capacidade efetiva de Campo (CTC). Cálculo do custo hora/trator.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BALASTRAIRE, L. A. Máquinas agrícolas . São Paulo: Editora Manole Ltda, 1987. 310 p.				
BERTONI, J. et al. Conservação do solo . São Paulo: Ícone, 2012.				
SILVEIRA, G. M. O preparo do solo: implementos e corretivos . São Paulo: Globo, 1989. 243 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BARGER, E. L. et al. Tratores e seus motores . Rio de Janeiro: USAID, [19--]. 397 p.				
GALETTI, P. A. Mecanização Agrícola: preparo do solo. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1981.				
SILVEIRA, G. M. Os Cuidados com o trator . Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987. 245 p.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Estágio Supervisionado I</i>	<i>20 horas</i>	<i>40 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Didática</i>
EMENTA				
Participar do planejamento pedagógico da escola, a observação participativa nas atividades de sala de aula, e elaboração das atividades didático-pedagógicas. Docência na educação básica. Articular os conhecimentos das Ciências Agrárias de forma interdisciplinar com os componentes curricular de ciências, biologia. Pesquisa, análise e projeto de intervenção na sala de aula. Relatório de estágio.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11 ed. São Paulo: Cortez, 2012.				
PICONEZ, S. C. B. (org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24 ed. Campinas, SP. Papirus, 2012.				
ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução E. F. da F. ROSA. Porto Alegre: Artmed, 1998.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
SCHÖN, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Tradução: R. C. COSTA. Porto Alegre: Artmed, 2000.				
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 14 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.				
BURIOLLA, M. F. O Estágio Supervisionado. Ed. Cortez				

11.6. Sexto Semestre

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Forragicultura e Manejo de Pastagens</i>	<i>36 horas</i>	<i>09 horas</i>	<i>45 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Importância das pastagens no Brasil e na região; Diversos tipos de forragens: Gramíneas e leguminosas; Intensificação das pastagens; Manejo de pastagens; Controle das ervas daninhas; Sistemas de pastejo e Métodos de Conservação de Forragens. Métodos práticos de utilização de alimentos na alimentação animal; Integração do meio ambiente com a produção da propriedade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
PIRES, A. V. Bovinocultura de Corte. Piracicaba: FEALQ, 2010. v1. 760p.:il.				
PIRES, W. Manual de Pastagem: formação, manejo e recuperação. Viçosa: Aprende Fácil, 2006, 302p.: Il.				
PEIXOTO, A.M.; PEDROSO, C.B.S.; MOURA, J.C.; FARIA, V.P. A planta forrageira no sistema de produção. Piracicaba: FEALQ, 2001, 458p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
PRIMAVESI, A. Manejo ecológico de pastagens em regiões tropicais e subtropicais- 5ª ed. São Paulo: Nobel, 1999.				
GONÇALES, D.A.; COSTA, C.; CAMPOS, L. Solos tropicais sob pastagem: características e técnicas para correção e adubação. São Paulo: Ícona, 1992, 78p.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Caprinovinocultura</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>

EMENTA
Situação, vantagem e limitações de ovinocultura e caprinocultura. Raças, manejo, alimentação, reprodução e sanidade de ovinos e caprinos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
VOLTOLINI, T. V. Produção de Caprinos e Ovinos no Semiárido , Petrolina: Embrapa. Semiárido, 2011, 544 p. EMBRAPA. Enfermidades em Caprinos - Diagnóstico, Patogenia Terapêutica e Controle . Brasília: Embrapa, 1976. SILVA SOBRINHO, A.G. Criação de Ovinos . 3ª ed. Jaboticabal:FUNEP. 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
RIBEIRO, S. D. A. Caprinocultura: criação racional de caprinos . São Paulo: Nobel. 318 p. 1998. COIMBRA FILHO, Adayr. Técnicas de criação de ovinos . Guaíba: Agropecuária, 1997. 102 p MEDEIROS, L.P., GIRÃO, E. S., PIMENTEL, J. C. M. Caprinos. Princípios básicos para sua criação . (1994) Embrapa.

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Culturas Anuais</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Importância das culturas anuais. Técnicas de cultivo do milho, feijão, soja, mandioca, mamona, algodão. Tópicos para cada cultura, importância, origem, botânica, clima, solo, adubação, semeadura, tratos culturais, colheita, beneficiamento, armazenamento.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BORÉM, A. (ed). Melhoramento de espécies cultivadas . Viçosa: Ed: UFV, 2005. 969p. GALVÃO, J.C.C.; MIRANDA, G.V. Tecnologias de produção de milho: economia, cultivares, biotecnologia, safrinha, adubação, quimigação, doenças, plantas daninhas e pragas . Viçosa: UFV, 2004, 366 p. CASTRO, R. C. KLUGE, R. A. Ecofisiologia de Cultivos Anuais . Nobel, 1999,128p				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ANUÁRIO DA AGRICULTURA BRASILEIRA - Agrianual 2007. São Paulo: Instituto FNP, 2007. 520p. ARAUJO, R. S. Cultura do Feijoeiro comum do Brasil . Piracicaba, POTAFOS, 1996. PRIMAVESI, A. Manual do Produtor Rural . Nobel, 1992.142p				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Estatística Experimental</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Introdução. Estatística Descritiva. Testes de Significância. Delineamento Inteiramente Casualizado. Delineamento em Blocos Casualizados. Experimentos fatoriais. Delineamento em Parcelas Subdivididas. Correlação e Regressões. Análise de Grupos Experimentais.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BANZATTO, D. A. & KRONKA, S. N. Experimentação Agrícola . 4ª ed. Ed. Funep, 2006. 237 p. GOMES,F.P. Curso de Estatística Experimental . 15ª ed. Ed. FEALQ, 2009. 451 p. il. MARTINS, G.A., DOMINGUES, O. Estatística Geral e Aplicada . 4ª ed. São				

Paulo: Atlas, 2010. 680p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ANDRADE, D. F & OGLIARI, P. J. Estatística para as ciências agrárias e biológicas com noções de experimentação . Editora da UFSC, 2007.
BUSSAB, W. O. & MORETTIN, P. A. Estatística Básica . 5ª ed. Ed. Saraiva, 2002.
MORETTIN, P.A; BUSSAB, W.O. Estatística Básica . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 568p

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Estágio Supervisionado II</i>	<i>20 horas</i>	<i>80 horas</i>	<i>100</i>	<i>Estágio Sup. I</i>
EMENTA				
Realização da prática pedagógica e projeto de intervenção na escola”, neste momento será realizada a participação no planejamento da escola, a observação participativa nas atividades de sala de aula, que auxiliarão ao estagiário na elaboração das atividades que serão concretizadas na referida turma. Esse é o momento da docência propriamente dita. A pratica da docência poderá ser realizada em escolas da Educação Básica, articulando os conhecimentos das Ciências Agrárias de forma interdisciplinar com os componentes curricular de ciências, biologia. Pesquisa, análise e projeto de intervenção na sala de aula. Relatório de estágio.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11 ed. São Paulo: Cortez, 2012.				
PICONEZ, S. C. B. (org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24 ed. Campinas, SP. Papirus, 2012.				
ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar . Tradução E. F. da F. ROSA. Porto Alegre: Artmed, 1998.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
SCHÖN, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem . Tradução: R. C. COSTA. Porto Alegre: Artmed, 2000.				
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional . 14 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.				
OLIVEIRA, W. F. de. Pedagogia Social de Rua: as bases Políticas e Pedagógicas para uma Educação Popular . Porto Alegre: ArtMed, 2004.				

11.7. Sétimo Semestre

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Libras</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Gramática da Libras: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. A importância do Tradutor e intérprete educacional. As políticas públicas educacionais: inclusão e bilinguismo. Legislação. Aprendizagem da LIBRAS por ouvintes: ênfase nos contextos escolares, História da Educação dos Surdos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CASTRO, A. R. Comunicação por Língua Brasileira de Sinais . Brasília –DF: Senac Distrito Federal, 2005.				

FRIZANCO, M. L. E. & HONORA, M. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Ciranda cultural, 2009.

GESSER, A. **Libras: que língua é essa?** São Paulo: Plexus, 3ª Ed. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBRES, N. A. **Surdos e Inclusão Educacional** Rio de Janeiro: Editora Arara Azul. 2010.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. **Curso de LIBRAS 1 – Iniciante**. 3 ed. rev. E atualizada. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008.

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Bovinocultura</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Características de Conformação Correlacionadas com Características de Importância Econômica de Bovinos. Desempenho Produtivo e Reprodutivo das Principais Raças Bovinas de Corte e Leite. Produção Extensiva e Intensiva de Leite e Carne. Sistemas de Acabamento de Novilhos de Corte.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
SILVA, J. C. P. M.; VELOSO, C. M.; CAMPOS, J. M. S. Manejo de Bezerras Leiteiras . Viçosa-MG. Ed. Aprenda fácil, 2011. 158 p.				
SILVA, S. Perguntas e respostas sobre gado de leite . Viçosa-MG. Ed. Aprenda fácil, 2006. 224 p.				
IRIS, A. V. Bovinocultura de corte . Piracicaba-SP. Ed. Fealq, 2010. v. 1 e 2. 760 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ANDRIGUETTO, J.M. Nutrição Animal . São Paulo: nobel, 1993.				
PEIXOTO, A.M.; BOIN, C.; HADDAD, C.M.; BOSE, M.L.V. Confinamento de Bovinos de Corte . Piracicaba: FEALQ.				
SANTOS, Geraldo Tadeu dos. Bovinocultura de Leite: inovação tecnológica e sustentabilidade . Ed. da UEM, 2008.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Fruticultura</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Fruticultura Mundial. Importância da Fruticultura. Conceitos. Espécies-Variedades. Características botânicas. Propagação. Modelos de produção, adubação, plantio, práticas culturais e manejo, colheita e pós-colheita de fruteiras tropicais, subtropicais e nativas, controle fitossanitário de pragas e doenças. Planejamento, instalação e manejo de pomares. Mercados atuais e potenciais de produtos e subprodutos. Sistemas de classificação e embalagem. Potencialidades de Exportação e Importação frutícola.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FACHINELLO, J.C.; NACHTIGAL, J.C.; KERSTEN, E. Fruticultura - fundamentos e práticas . Pelotas: Editora Universitária - Ufpel, 1996. 311 p.				
NOVAIS, R. F.; ALVAREZ V., V. H.; BARROS, N. F.; FONTES, R. L. F.; CANTARUTTI, R. B.; NEVES, J. C. L. (Eds) - Fertilidade do Solo . SBCS. 2007. 1017 p.				
SIMÃO, S. Tratado de fruticultura . Piracicaba: FEALQ, 1998. 760 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

MEDINA, J. C. **Banana: cultura, matéria-prima, processamento e aspectos econômicos.** INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS. 2. ed. Campinas: ITAL, 1985. viii, 302 p. (Frutas tropicais ; n. 3).

MEDINA, J. C. **Mamão: cultura, matéria-prima, processamento e aspectos econômicos.** INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS. 2. ed. reimp. Campinas, SP: ITAL, 1995. x, 367 p. (Serie Frutas Tropicais ; 7).

SAUCO, V. G. **Cultivo de Frutas em Ambiente Protegido.** Cinco Continentes, 2002. 81p

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Ecologia, Meio Ambiente e Agroecologia</i>	48 horas	12 horas	60 horas	Não possui

EMENTA

Ecologia – Bases conceituais da Ecologia e suas abordagens fundamentais. Ecologia de indivíduos e suas populações, Ecologia de comunidades e ecossistemas. Interação entre Espécies. Ligações entre processos locais, regionais e globais. Biodiversidade. Meio ambiente: Impactos ambientais. Tópicos de legislação ambiental: Constituição Federal, política nacional sobre meio ambiente. Agroecologia: Conceito, bases epistemológicas, Agroecossistemas; Agriculturas alternativas não convencionais. Técnicas de manejo agroecológicos. Legislação da Agricultura Orgânica e Certificado de produtos orgânicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Ed: Embrapa. 2005. 517p.

FOERSTER, M. R. **Ecologia.** Curitiba: Instituto Federal Paraná, 2011. 127 p.

RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza.** 6ª ed. Ed: Guanabara Koogan. R. de Janeiro, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável.** 4ª ed. Ed: UFRGS, Porto Alegre, 2008. 434 p.

ODUM, E. P. **Ecologia.** Ed: Guanabara. R. de Janeiro, 1988.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Estágio Supervisionado III</i>	40 horas	80 horas	120h	<i>Estágio Sup. II</i>

EMENTA

Observação e reflexão em relação às práticas pedagógicas das entidades de extensão e educação do campo e projeto de intervenção no campo. Diagnóstico das práticas de extensão rural das entidades que atuam nesse setor, como ONG's, associações, comunidades de fecho e fundo de pasto, órgãos públicos e empresas de assistência técnica e extensão rural (ATER). A identidade do docente de Ciências Agrárias. Articulação do seminário interdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, A. A. **Educação do Campo: desafios para a formação de professores.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução E. F. da F. ROSA. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CATARINA, Maria Luiza Ivani, Nélcio Marco. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. Ed. Cortez.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Tradução: R. C. COSTA. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 14 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

11.8. Oitavo Semestre

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II</i>	72 horas	18 horas	90 horas	<i>TCC I</i>
EMENTA				
Análise e desenvolvimento do projeto aprovado na disciplina TCC I. Elaboração de cronograma de execução do TCC. Articulação teórico-prática. Orientação, defesa e avaliação.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional . 12ª ed. S. Paulo: Cortez, 2010. 174 p.				
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, c1988. 99 p.				
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução da pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados . São Paulo: Atlas. 2002.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 30ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012. 108 p.				
ABNT NBR 14724 - Trabalhos acadêmicos — Apresentação.				
ABNT NBR 15287 - Projeto de pesquisa — Apresentação.				
ABNT NBR 6021 - Publicação periódica científica impressa.				
ABNT NBR 6022 - Artigo em publicação periódica científica impressa.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Equideocultura</i>	36 horas	09 horas	60 horas	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Aspectos gerais da criação de equinos. Estudo do exterior dos equinos. Genética e estudo das pelagens dos equinos. Cronometria dentária em cavalos. Algumas raças e suas aptidões (trabalho e passeio). Andamentos. Métodos de doma. Equipamentos e arreios. Manejo da criação (alimentar, reprodutivo e sanitário).				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CINTRA, A. G. C. O cavalo: características, manejo e alimentação . São Paulo: Ed. Roca, 2011. 284 p.				
MEYER, H. Alimentação de cavalos . São Paulo: Ed. Varela, 1995. 303 p.				

RIET-CORREA, F. Doenças de ruminantes e equinos . 2ª ed. São Paulo: Ed. Varela, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
RESENDE, A. Pelagem dos equinos: nomenclatura e genética . 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. FEPMVZ, 2007.
SILVA, A.E.D.F. Criação De Equinos . EMBRAPA: BRASÍLIA, 1998.
THOMASSIAN, A. Enfermidades dos cavalos . São Paulo: Ed. Varela, 2005. 573 p.

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Irrigação</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Irrigação no Brasil e no estado da Bahia. Conceitos de física do solo aplicados a irrigação. Retenção e movimento da água no solo. Disponibilidade de água às plantas. Métodos de Irrigação. Manejo da Irrigação. Avaliação de Sistemas de Irrigação. Dimensionamento de Sistemas de Irrigação. Qualidade de água na irrigação.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DAKER, A. A Água na Agricultura - Manual de Hidráulica Agrícola . 3 vol. Irrigação e Drenagem. 1976. 453p.				
BERNARDO, S. Manual de Irrigação . 7ª ed. Viçosa-MG, UFV, 2005. 650p.				
REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, Planta e Atmosfera: Conceitos, Processos e Aplicações . Barueri: Manole, 2004. 478p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FRIZZONE, J. A.; ANDRADE Jr., A. S.; SOUZA, J. L. M.; ZOCOLER, J. L. Planejamento de Irrigação: Análise de Decisão de Investimento . Brasília: Embrapa, 2005				
MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. Irrigação: Princípios e Métodos . 2.ed. Viçosa: Editora UFV, 2007, 358p.				
PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L. R.; SENTELHAS, P. C. Agrometeorologia: Fundamentos e Aplicações Práticas . Guaíba: Agropecuária, 2002.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Manejo e Potencialidades do Semiárido</i>	<i>36 horas</i>	<i>9 horas</i>	<i>45 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Caracterização do semiárido; cultura do semiárido; flora e fauna do semiárido; sistemas agroflorestais no semiárido; manejo agroecológico da caatinga; manejo do solo e água da caatinga; desmatamento e degradação ambiental; potencialidades do semiárido.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
HANS, R. G.; PAZ, V. P. S.; MEDEIROS, S. S.; GALVÃO, C. O. Recursos hídricos em regiões áridas e semiáridas . Campina Grande, PB: INSA, 2011. 440 p.				
MAIA, G. N. Caatinga: árvores e arbustos e suas utilidades . São Paulo: D&Z Computação Gráfica e Editora, 2004.				
MENDES, B.V. Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido . SEMACE, Fortaleza. 1997. 108p				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

CADIER, E. **Hidrologia das Pequenas Bacias do Nordeste Semi-Árido**. Série Hidrologia. SUDENE. Recife. 1994

MEDEIROS, S. S.; et al. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Campina Grande, PB: INSA, 2012. 107 p.

MATTOS, B.H.O.M. **Educação do campo e práticas educativas de convivência com o Semiárido**. Banco do Nordeste, 2011, 288p.

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Estágio Supervisionado IV</i>	<i>40 horas</i>	<i>80 horas</i>	<i>120 horas</i>	<i>Estágio Sup. III</i>
EMENTA				
Observação da prática docente nas instituições de ensino da educação básica. Análise do projeto político pedagógico e da proposta curricular dos cursos técnicos em agropecuária, zootecnia, agrimensura, alimentos dos Institutos Federais, CETTEPs e Escolas Família Agrícolas. Construção de projeto e proposta de estágio supervisionado. Docência na Educação Profissionalizante. Atividades didático-pedagógicas contextualizadas com o semiárido. Planejamento, avaliação e análise dos resultados do processo de ensino-aprendizagem. Relatório de estágio.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11 ed. São Paulo: Cortez, 2012.				
PICONEZ, S. C. B. (org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24 ed. Campinas, SP. Papyrus, 2012.				
ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar . Tradução E. F. da F. ROSA. Porto Alegre: Artmed, 1998.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
SCHÖN, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem . Tradução: R. C. COSTA. Porto Alegre: Artmed, 2000.				
SILVIA, M. Sala de aula interativa . 2 ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2001				
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional . 14 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.				

11.9. Optativas

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Inglês Instrumental</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Desenvolvimento da compreensão de textos escritos em inglês, através da aplicação de estratégias de leitura (skimming, scanning, cognatos, inferências, palavras repetidas, prediction e marcas tipográficas. Leitura e compreensão de textos acadêmicos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
SCHUMACHER, Cristina; COSTA, Francisco Araújo da; UCICH, Rebeca. O inglês na tecnologia da informação . Barueri-SP: DISAL, 2009.				
SANTOS, Denise. Ensino de língua inglesa: foco em estratégias . Barueri-SP: Disal, 2012.				
PERRI, Edilza Lobo. Way out: inglês básico, técnico e comercial . São Paulo: FTD, 1992.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
TORRES, Nelson. Gramática Prática da Língua Inglesa: o inglês descomplicado . 10ª ed. São				

Paulo: Saraiva, 2007.

MARQUES, Amadeu. **Basic English: graded exercises and texts**. São Paulo: Ática, 1995.

MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental. Módulos I e II. São Paulo: Texto novo, 2002.

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Apicultura e Meliponicultura</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Histórico, panorama e Importância da apicultura e meliponicultura no Brasil e no mundo. Taxonomia. Organização social. Anatomia, fisiologia e comportamento das abelhas. Alimentação (flora apícola, alimentação artificial). Doenças e inimigos naturais. Instalações, materiais e equipamentos. Manejo de apiários. Produção e processamento de mel, cera, própolis, pólen, geleia real. Planejamento e instalação de apiários e meliponários.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
WIESE, H. Apicultura: novos tempos . 2. ed. Guaíba, RS: Agrolivros, 2005. 378 p. COSTA, P. S. C. J.; OLIVEIRA, J. S. Manual prático de criação de abelhas . Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2012. 424p. AIDAR, D.S. A Mandaçaia . 2ª ed. Funpec. 2010. 161p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CARRANO-MOREIRA, A.F. Insetos - Manual de Coleta e Identificação . 2ª ed. Technical Books. 2014. 372p. TRIPLEHORN, C. A.; JOHNSON, N. F. Estudo Dos Insetos . 2ª Ed. Cengage Learning. 2015. 766p. NOVAES, A. B. Produção e inseminação artificial de rainhas de abelhas. Uberlândia: EDUFU, 2011. 130p.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Leitura e Produção Textual</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Texto, leitura, produção textual e construção do conhecimento científico. Processos de textualização e construção de sentidos. As inferências e o processo de leitura. Os implícitos textuais (pressupostos e subentendidos) e a produção de sentidos a partir da leitura de textos de gêneros diversos. Gêneros textuais e a produção do conhecimento científico: fichamentos, resumos, resenhas, artigo científico e seminário.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
MACHADO, A. R. (coord.). Planejar Gêneros Acadêmicos : escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. (Coleção Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos. V. 3). MEDEIROS, J. B. Redação Científica . 11 ed. São Paulo: Atlas, 2013. MOYSÉS, C. A. Língua Portuguesa : Atividades de Leitura e Produção de Textos. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ANDRADE, M. M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico . 10 ed. S. Paulo: Atlas, 2010. ANTUNES, I. Lutar com palavras : coesão e coerência. S. Paulo: Parábola Editorial, 2005.				

PLATÃO & FIORIN. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1992.

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Educação Inclusiva</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Fundamentos sócio históricos e Filosóficos da Educação Inclusiva. Mediação Pedagógica com Deficiente Auditivo (DA), Deficiente Físico (DF), Deficiente Visual (DV), Deficiente Mental (DM), Condutas Típicas (CT) e Altas Habilidades (AH). Modalidades e tendências dos ambientes pedagógicos para a Educação Inclusiva.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CARVALHO, Rosita E. Educação Inclusiva: os iis da inclusão. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.				
ERNECK, Cláudia. Ninguém é bonzinho numa sociedade inclusiva . Rio de janeiro: DP&A, 2002.				
MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais . Porto Alegre: Artmed Editora, 2003				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. Decreto n. 5296, de 02 de dezembro de 2004 . Regulamenta as Leis nos 10048/2000 e 10098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.				
HARASIM, L., et al. Redes de aprendizagem: um guia para ensino e aprendizagem online . São Paulo: Senac, 2006.				
SILVA, M. (Org.) Educação online . São Paulo: Loyola: 2003.				

DISCIPLINA	CH. Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
<i>Tópicos Especiais em Educação e Ciências Agrárias</i>	<i>48 horas</i>	<i>12 horas</i>	<i>60 horas</i>	<i>Não possui</i>
EMENTA				
Estudo de temas contemporâneos relacionados à educação e às Ciências Agrárias.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos . 2 ed. O. Textos: São Paulo, 2010. 216 p.				
EPSTEIN, E.; BLOOM, A. J. Nutrição Mineral de Plantas – Princípios e Perspectivas . 2ª ed. 2006. 402 p.				
TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal . 5ªed. Ed. Artmed, Porto Alegre, 2013, 820p. il.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. Manual de fitopatologia: princípios e conceitos . 4ª edição. Ed. Agronômica Ceres. São Paulo. 2011. v. 1. 704p.				
VOLTOLINI, T. V.. Produção de Caprinos e Ovinos no Semiárido , Petrolina: Embrapa. Semiárido, 2011, 544 p.				
ALARCÃO, I. Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva . 2ª ed. São Paulo; Cortez, 2003.				

12. RECURSOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES AO CURRÍCULO

12.1. Atividades Extracurriculares

As atividades extracurriculares têm como objetivo complementar o aprendizado do discente, melhorando seus conhecimentos culturais, suas habilidades psicomotoras e sua relação com o ser humano e o meio ambiente.

Neste contexto, as atividades complementares possibilitam ao licenciando uma formação diferenciada, pautada na proposição do saber experiencial, onde os licenciandos atuam em processos que envolvam ensino e aprendizagem, valorizando proposições de conhecimento, oportunizadas em contextos que transcendam o ambiente e padrão formal da escola, agregando experiências acadêmicas e culturais ao seu perfil de formação.

Por essa razão, a carga horária e o tempo de integralização do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias preveem a participação do estudante em atividades complementares, que poderão ser reconhecidas, conforme os critérios estabelecidos a seguir:

Atividade	Carga Horária Individual	Máximo
Publicação de artigos científicos com Qualis nas áreas do curso.	Qualis A – Autor = 100 horas	200 horas
	Qualis A – Coautor = 80 horas	
	Qualis B – Autor = 70 horas	
	Qualis B – Coautor = 60 horas	
	Qualis C – Autor = 50 horas	
	Qualis C – Coautor = 40 horas	
Publicação de artigos completos em anais e eventos nas áreas do curso. (Como Coautor, só valerá 50% das horas).	Evento Local = 10 horas	150 horas
	Evento Regional = 20 horas	
	Evento Nacional = 25 horas	
	Evento Internacional = 30 horas	
Publicação de resumos expandidos em anais e eventos nas áreas do curso. (Como Coautor, só valerá 50% das horas).	Evento Local = 4 horas	40 horas
	Evento Regional = 6 horas	
	Evento Nacional = 8 horas	
	Evento Internacional = 10 horas	
Publicação de resumos simples em anais e eventos nas áreas do curso. (Como Coautor, só valerá 50% das horas).	Evento Local = 2 horas	40 horas
	Evento Regional = 3 horas	
	Evento Nacional = 4 horas	
	Evento Internacional = 5 horas	
Publicação de artigos de divulgação em jornais e revistas.	Autor = 10 horas	60 horas
	Coautor = 5 horas	

Publicação de Capítulo de Livro	Autor ou organizador = 50 horas	100 horas
	Coautor = 25 horas	
Bolsista de Iniciação Científica	Por semestre = 20 horas	100 horas
Bolsista de Extensão	Por semestre = 20 horas	100 horas
Participação em projetos de pesquisa sem bolsa.	Por semestre = 20 horas	100 horas
Apresentações em eventos acadêmicos e científicos.	Apresentação Oral = 15 horas	100 horas
	Apresentação em Paineis = 5 horas	
Participação como ouvinte em eventos científicos, palestras, mesas redondas e afins.	2 horas por evento	40 horas
Estágio Extracurricular	50% da carga horária	80 horas
Participação em Dia de Campo	Organizador ou Instrutor = 20 horas	60 horas
	Ouvinte = 5 horas	
Participação em comissão eleitoral realizada pelo IF Baiano.	10 horas por evento	40 horas
Representação Estudantil	10 horas por semestre	40 horas
Monitoria	20 horas por semestre	80 horas
Tutoria Acadêmica	10 horas por semestre	40 horas
Participação em grupo de estudo coordenado por docente do IF baiano.	5 horas por semestre	40 horas
Participação em cursos de Extensão	50% da carga horária do curso	100 horas
Participação em outros cursos	50% da carga horária do curso	100 horas
Disciplinas Eletivas além do requisito mínimo	50% da carga horária do curso	80 horas
Realização de exposição de Arte	5 horas por exposição	30 horas
Publicação de livros de literatura	15 horas por livro	30 horas
Trabalho voluntário em Instituições Públicas de Ensino	50% da carga horária	60 horas
Trabalho voluntário em ONG ou outra Instituição sem fins lucrativos	50% da carga horária	50 horas
Outras atividades técnicas, culturais e artísticas não mencionadas.	2 horas por evento	40 horas

13. DA PRÁTICA PROFISSIONAL E DO ESTÁGIO CURRICULAR

13.1. Princípios Norteadores

Um dos muitos momentos em que o licenciando vivenciará prática pedagógica é o Estágio Curricular Supervisionado, desenvolvido, obrigatoriamente, em espaços formais e não

formais, atendendo a um plano sistemático de fundamentação teórico-metodológica, observação e investigação participativa, que poderá iniciar pela orientação teórico-metodológica da comissão de estágio, da observação em campo (gestão escolar, empresas de pesquisa, assentamentos, empresas de assistência técnica, ONG's, organização de trabalhadores rurais/campo, cooperativas e as propostas de educação ambiental nos espaços analisados), elaboração e desenvolvimento de oficinas e minicursos nos espaços formais e não formais e produção de relatório final de estágio. É importante ressaltar que essa etapa será de responsabilidade da comissão direta do professor de estágio, no entanto, será igualmente discutida, planejada, acompanhada e avaliada por todos os docentes formadores do Curso.

O Regimento de Estágio dos Cursos de Graduação do IF Baiano, aprovado pela Resolução nº 21 CONSUP/IF Baiano, de 1º de julho de 2013, em seu artigo 2º, define estágio curricular da seguinte forma:

Art. 2º Compreende-se por Estágio curricular as atividades de aprendizagem profissional, social, política e cultural, caracterizadas pela vivência em situações reais de vida e trabalho, norteadas pelo ensino, pesquisa e extensão, complementando o processo formativo.

Levando em conta essa complexidade e as múltiplas nuances que compõem a prática de Estágio Curricular Supervisionado, a comissão elaborará uma proposta curricular de estágio, levando em consideração os elementos teórico-metodológicos que norteiam e orientam os complexos temáticos da formação de professores em Ciências Agrárias, proposições de ações possíveis a serem desenvolvidas nos espaços formais e não formais de educação e o Regimento de Estágio dos Cursos de Graduação do IF Baiano. Esta proposta orientará os projetos de estágio, a serem elaborados pelos licenciandos em cada etapa, a partir do 5º semestre.

Ao abordar o estágio curricular, o artigo 5º do Regimento de Estágio dos Cursos de Graduação do IF Baiano elenca uma gama de habilidades formativas requeridas e mediadas pela prática de Estágio Curricular Supervisionado:

Art. 5º O estágio curricular proporciona ao/à estudante:

- I – interagir com a comunidade, aproximando o mundo acadêmico-profissional com o cotidiano local, contribuindo com os diferentes modos de produção técnico-científico e cultural;
- II – vivenciar situações reais do campo profissional, complementando a formação teórica e prática desenvolvida durante o curso;
- III – analisar criticamente e problematizar as condições observadas nos espaços profissionais, de modo a propor projetos de intervenção social;
- IV – elaborar, executar e avaliar Plano de Ação na área específica de seu estágio.

Portanto, o Estágio Curricular Supervisionado deverá contemplar as seguintes dimensões:

- Oportunizar ao futuro docente uma apropriação dos elementos da realidade, desenvolvendo as habilidades fundamentais para a formação técnico-científica, e a possibilidade de acompanhar as mudanças tecnológicas que interferem direta e indiretamente em alguns aspectos da vida escolar, produtiva e familiar, diferentemente das simulações experimentadas;
- Dar continuidade às atividades da prática docente articuladas ao componente curricular prática interdisciplinar de ensino, dando oportunidade aos futuros professores de vivenciar as diferentes dimensões da atuação profissional;
- Ser realizado em espaços formais e não formais, em regime de colaboração, incluindo atividades extensionistas;
- Atentar para a norma, a fundamentação teórico-metodológica e o projeto de estágio, planejado e avaliado em conjunto com a comissão de estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias e os espaços onde serão desenvolvidos os mesmos;
- Os licenciandos em formação que atuem em atividades da docência há pelo menos um ano poderão reduzir a carga horária do Estágio Curricular Supervisionado até o máximo de 50% (cinquenta por cento) da sua carga horária total, desde que esteja em conformidade com as normas regulamentadoras de estágio;
- Contemplar um eixo articulador entre o ensino, a extensão e a pesquisa;
- O Estágio Curricular Supervisionado totalizará 400h (quatrocentas horas), organizado em tempos diferentes, seguindo os objetivos de cada momento da formação.

É importante esclarecer que toda prática educativa, incluindo o Estágio Curricular Supervisionado, na sua totalidade, ou não, poderá ser desenvolvida no próprio Instituto Federal Baiano, *Campus* Senhor do Bonfim, como um espaço privilegiado, haja vista ser um *locus* de promoção da educação básica. O IF Baiano também poderá firmar convênios ou acordos de cooperação técnica com escolas das redes, particular, estadual e municipal que ofereçam Ensino Fundamental e Médio, além, de empresas de pesquisa, assentamentos, empresas de assistência técnica, ONG's, organização de trabalhadores rurais/campo, cooperativas, configurando espaços não-formais educativos. Para tanto, será elaborado um projeto de estágio,

com a participação das unidades que compõem os espaços formais e não formais no meio rural ou urbano, esta última em disciplinas correlatas ao campo das agrárias, a exemplo de práticas agrícolas, educação para sustentabilidade, agricultura, horticultura, agroecologia e outras em que estarão explicitadas as funções e as competências de cada parte envolvida.

Cabe ressaltar que, embora o Estágio Curricular Supervisionado seja um momento importantíssimo da formação para a docência, a prática pedagógica não se restringe a ele, haja vista o traquejo com as ações didático-pedagógicas e com uma miríade de situações nas quais o conhecimento dos ambientes e dos fazeres educativos formais se evidenciarão no estudo das teorias e epistemologias que fundamentam a educação, nas práticas de seminários, na elaboração e apresentação de relatórios, na elaboração e apresentação de projetos, nas participações em eventos, dentre outras atividades de cunho socioeducativo.

A prática profissional poderá ser realizada em atividades desenvolvidas em laboratórios acadêmicos, em projetos orientados por docentes, atividades exercidas como funcionário de empresas, sejam elas públicas ou privadas ou como sócios de empresas, entendendo que essas categorias se estabelecem como estágio não obrigatório (sendo essas atividades desenvolvidas na área das ciências agrárias), compreendendo seu aproveitamento como ACC (Atividades Complementares ao Currículo), desde que sejam devidamente comprovadas por documentos.

14. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES

A previsão dos critérios para aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos anteriores estão estabelecidos na Organização Didática dos Cursos de Graduação (ODCG) do IF Baiano, no capítulo XI, Seções I, II e III dos Artigos 87 a 110.

15. DA AVALIAÇÃO

15.1. Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem

Expor conhecimentos deve ser um dos objetivos de todo e qualquer instrumento ou prática de avaliação, visto que, ao expor, o discente deve mostrar domínio teórico e capacidade de selecionar informações relevantes e relacioná-las com seu cotidiano e com suas vivências. É nessa perspectiva e com esses direcionamentos que a avaliação da aprendizagem do curso aqui

se constrói, entendendo que o ato de aprender implica mudanças conceituais, onde o educando passa a incorporar novos saberes à sua estrutura cognitiva sendo que para obter sucesso nessa ação, deve redimensionar tais conhecimentos. Desse modo, a avaliação é compreendida não apenas numa visão somativa (atribuição de notas), mas cumprindo eminentemente uma finalidade diagnóstica na medida em que auxilia os discentes a mensurarem os conhecimentos obtidos e assim poder avançar na aquisição do saber, buscando-se novas aprendizagens e complementando as já existentes. Nessa perspectiva, os instrumentos e práticas de avaliação estarão balizados em:

- Relacionar conhecimento teórico com a fundamentação das práticas, evidenciando sua intercomplementaridade;
- Conhecer e comparar as múltiplas facetas de um conteúdo ou conhecimento, dentro dos princípios de *conceituar/saber* ou *conhecer, proceder/saber fazer*, bem como de *ter atitude/valorizar, avaliar e/ou expressar condutas*;
- Pensar e executar as ações e práticas pedagógicas dentro de um ideário de aplicabilidade, funcionalidade e sentido dos conteúdos e saberes em geral veiculados pela escola enquanto instituição formal e sistemática;
- Conscientizar-se da necessidade de se ter domínio dos distintos saberes pertinentes à sua área de formação e, de igual modo, valorizar os saberes pedagógicos e experienciais;
- Realizar transposições didáticas, isto é, aplicar pressupostos e conceitos das várias correntes e teorias, quando da ação didático-pedagógica, melhorando e elevando sua intervenção;
- Elaborar e participar criticamente de processos e programas de educação ambiental, em conformidade com a legislação pertinente.

15.2. Procedimentos Avaliativos

Os procedimentos avaliativos devem se coadunar com a concepção de avaliação, desse modo, amparando-se na perspectiva de uma avaliação processual, dinâmica com vistas à construção de uma aprendizagem significativa serão adotados os seguintes instrumentos avaliativos:

- Instrumentos escritos como provas, testes, produções de textos acadêmico-científicos, elaboração de planos e roteiros de aula, elaboração e desenvolvimento de projetos programas de educação ambiental e de educação do campo, entre outros;
- Instrumentos orais como seminários, comunicações orais, relatos de experiência, debates e discussões dirigidas;
- Instrumentos audiovisuais como produção de vídeos;
- Além de atividades de autoavaliação, aulas práticas e visitas de campo, realizando-se a partir das mesmas, relatórios e outras formas de registro solicitadas pelo docente das disciplinas.

É importante perceber, que diante dos diversos modos como os sujeitos aprendem é salutar garantir uma variedade de instrumentos e estratégias avaliativas, pois estes se intercomplementam, contemplando assim os diferentes sujeitos aprendentes com seus modos peculiares de apreender conhecimento.

Em conformidade com a Organização Didática dos Cursos de Graduação (ODCG), aprovada pelo Conselho Superior do IF Baiano, pela Resolução nº 64 de 31 de março de 2020, as avaliações no curso de Licenciatura em Ciências Agrárias terão variação de zero (0,0) a dez (10,0), sendo realizadas, no mínimo, duas avaliações por semestre em cada disciplina (Título VII, Capítulo II, artigo 117). O discente necessita alcançar média aritmética sete (7,0) para aprovação (artigo 120). O estudante que fizer a avaliação final deverá tirar nota igual ou superior a cinco (5,0) para obter aprovação na disciplina (Artigo 122).

A avaliação levará em conta aspectos como rendimento (aferido a partir de critérios qualitativos e quantitativos), bem como frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) para aprovação do aluno.

15.3. Sistema de Avaliação do Projeto do Curso

A avaliação do Curso de licenciatura em Ciências Agrárias se dará duas etapas distintas, mas complementares: avaliação interna e avaliação externa. A avaliação interna tem como fim direto avaliar as dimensões que compõem o processo ensino-aprendizagem, pensando os meios

(recursos, materiais, espaços e estratégias) e as concepções que delineiam a proposta avaliativa, refletindo sobre os aspectos quantitativos e qualitativos das atividades acadêmicas, no sentido de valoração e de tomada de decisão.

É imprescindível que se tenha espaço, tempo e estratégia para que todos aqueles diretamente envolvidos no processo, especialmente professores e alunos, percebam que a qualificação de seu curso e da sua instituição está ligada necessariamente a fatores como: Condições para o desenvolvimento das atividades curriculares: recursos humanos e infraestrutura; Processos Pedagógicos e Organizacionais utilizados no desenvolvimento das atividades curriculares, tais como, procedimentos didáticos, enfoques curriculares, etc.; Condições para desenvolvimento da Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão: oportunidades, recursos humanos e infraestruturais; Assistência Estudantil, como também os resultados alcançados do ponto de vista do Perfil do Formando: competências para o desempenho das funções basilares da profissão, a formação sociopolítica, aliada à capacidade de análise e crítica.

A avaliação interna tem como orientação maior o Projeto Pedagógico do Curso, o qual precisa ser sistematicamente avaliado, de maneira que possa apontar analiticamente avanços e potencialidades, bem como localizar aspectos que merecem atenção e reorientação.

A avaliação externa, por sua vez, exige a coleta de dados junto aos egressos, assim como junto aos órgãos regulamentadores e fiscalizadores da profissão e, também, às instituições empregadoras. Nesse sentido, cabe ênfase na identificação de inadequações e dificuldades de inserção profissional.

Para a obtenção de dados que propiciem a avaliação externa buscaremos também as informações do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), instituído pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Os dados fornecidos pelo ENADE podem se constituir como elementos norteadores para (re)avaliações e reestruturações decorrentes, estabelecendo parâmetros e metas com vistas à promoção de melhorias no curso.

Os resultados obtidos tanto no processo de avaliação interna quanto externa devem ser sistematizados em forma de relatórios que precisam ser divulgados e amplamente discutidos pela comunidade acadêmica do *Campus*, no intuito de promover ações que busquem o melhoramento contínuo do curso e a crescente qualificação da instituição.

Aliado a essa avaliação sistemática, o Núcleo Docente Estruturante, a Coordenação e o Colegiado de Curso realizarão reuniões periódicas com os professores, objetivando avaliar as atividades pedagógicas, de pesquisa e de extensão desenvolvidas; acompanhar o

desenvolvimento do plano de atividades do curso e avaliar o rendimento dos discentes.

Articular um plano funcional de avaliação que englobe os aspectos interno e externo exige também uma ação autoavaliativa. Sob esse olhar, a auto-avaliação é uma atividade que sugere um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo identificar o perfil institucional, as características e os objetivos do curso, e, sobretudo as intenções formativas expressas no Projeto Pedagógico de Curso.

Os processos de autoavaliação devem também ser acompanhados permanentemente pelo Colegiado do Curso, a quem compete atuar tanto no planejamento quanto no acompanhamento e na avaliação das atividades. O Núcleo Docente Estruturante tem a especial atribuição de participar da realização da autoavaliação da instituição no que diz respeito ao curso, bem como propor ações que promovam a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, e a adequação e observação do Projeto Pedagógico de Curso, haja vista a necessidade encaminhar decisões que visem sanar as dificuldades apresentadas.

16. NORMATIZAÇÕES INTERNAS DO TCC

O *Regulamento de Trabalho de Conclusão dos Cursos (TCC) de graduação presenciais do IF BAIANO* normatiza procedimentos para a elaboração do TCC, considerando-o requisito para a obtenção de grau e diploma.

O regulamento define o TCC como uma atividade resultante do projeto de ensino, pesquisa ou extensão, ou outra atividade relacionada e prevista neste PPC.

A atividade acadêmica do TCC tem por objetivos desenvolver a capacidade de sistematizar, aplicar e consolidar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, estimulando o espírito investigativo e desenvolvendo a capacidade de planejamento metodológico, na resolução de problemas em diversas áreas no âmbito de formação específica, promovendo: conhecimento, interdisciplinaridade e a inovação, sempre desenvolvendo o espírito crítico, moral, ético e reflexivo do discente.

O TCC deverá ser redigido e avaliado apresentando o atendimento às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e defendido oralmente frente a uma banca orientadora com no mínimo 3 (três) docentes e aberto ao público, exceto no caso de geração de patentes, em período compreendido entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) minutos para a apresentação e até 20 (vinte) minutos para arguição e comentários para cada membro da banca,

sendo permitido à mesma alterar estes períodos, registrando em ATA.

A banca deverá se reunir, ao final da apresentação e arguição e comentários, em sala separada, para poder fazer a média aritmética das notas de cada membro, elaborar a ATA e o PARECER, assinando-os e direcionando-os à coordenação do curso para arquivamento.

Após avaliação em sessão fechada, a banca dará notas compreendidas entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez), em notas individuais sendo posteriormente retirada a média aritmética para a nota final, sendo aprovados os discentes que tiveram nota igual ou superior a 7,0 (sete).

O discente só poderá colar grau e receber diploma após realizar todas as correções apontadas pela banca, tendo a aprovação do professor orientador.

Sufrerá reprovação o discente que:

- Deixar de entregar o TCC no prazo previamente estipulado.
- Deixar de fazer sua apresentação oral, publicamente, na data marcada.
- Cometer alguma falta ética durante a pesquisa, autoria, fontes, instituições e, principalmente, se cometer plágios.
- Não obedecer aos padrões das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Obter nota inferior a 7,0 (sete).

O discente que discordar da nota poderá, no prazo de 72 h úteis, formalizar recurso à banca examinadora, que terá o prazo de 10 dias úteis para apresentar sua resposta.

Caso haja algum impedimento que impeça que o discente apresente oral e publicamente seu trabalho de pesquisa, poderá encaminhar ao colegiado do curso, via secretaria de registros, justificativa por escrito com anexos comprobatórios previstos por lei.

Quanto aos demais fatos que dizem respeito ao TCC atenderão ao que está escrito no *Regulamento de Trabalho de Conclusão dos Cursos (TCC) de graduação presenciais do IF BAIANO*.

O curso de Licenciaturas em Ciências Agrárias possui duas disciplinas diretamente relacionadas com o TCC, sendo a primeira TCC I – Projeto de Pesquisa, no 5º semestre, e, TCC II – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no 8º semestre.

Na disciplina de TCC I o discente, após escolher um orientador para si, inicia os trabalhos de redação do projeto de pesquisa, seguindo normas da ABNT, até sua conclusão e obtenção de nota compreendida entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez), garantindo sua aprovação a partir

da nota 7,0 (sete). O professor orientador deverá emitir carta de aceite e compromisso de orientação que deverá ser arquivada na coordenação do colegiado e, o discente, por sua vez, deverá emitir carta de compromisso para a realização do projeto de pesquisa.

As nuances metodológicas desse projeto de pesquisa devem se relacionar às especificidades do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias e à qualificação dos professores que compõem o corpo docente, conforme as linhas de pesquisas e os grupos de estudo desenvolvidos pelos professores do curso devido às implicações teórico-metodológicas de orientação.

A carta de aceite e compromisso constituir-se-á o documento formal através do qual o professor orientador comprometer-se-á a orientar o aluno pesquisador na construção do projeto de pesquisa.

O professor orientador deve integrar o corpo docente do curso e/ou docente qualificado do IF Baiano e/ou um professor pesquisador de outra instituição. Com a aprovação do colegiado do curso, o discente poderá convidar um professor pesquisador de outra instituição para a função de seu orientador na pesquisa. Uma carta convite, emitida pelo coordenador do curso deverá ser encaminhada ao referido orientador, que deverá assinar a carga de aceite e compromisso com a orientação, com anuência da Instituição de origem do pesquisador. Não serão aceitos trabalhos de conclusão elaborados sem a orientação de um docente.

No intervalo de tempo entre o 5º e 8º semestre, o aluno deverá executar seu cronograma de projeto de modo a ter todo o material necessário para a escrita do TCC, como item obrigatório para a colação de grau e recebimento de diploma.

O artigo científico, monografia, entre outros (a ser avaliado pelo colegiado), apresentados para a defesa em banca, deverá seguir normas ABNT NBR 6022 (Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação) e, após correções deverá ser entregue à coordenação do curso para arquivamento. Além disso, deverá ser disponibilizado em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.

O artigo, a ser escrito na disciplina TCC II, no 8º semestre, deverá ter no mínimo 10 (dez) páginas e, no máximo, 20 páginas, incluindo as referências, apresentando os resultados obtidos pela pesquisa desenvolvida pelo discente. Não serão aceitos artigos que apenas representem revisão bibliográfica ou reflexões sobre o problema escolhido.

Cabe ao professor orientador convidar os membros da banca e definir a data para apresentação do trabalho de TCC. Após definição, o professor orientador informa ao

coordenador de curso para que o mesmo providencie a infraestrutura necessária. O professor orientador deverá entregar os formulários pertinentes e a declaração do discente quanto a não escrita de plágios.

A responsabilidade de recomendar o TCC para apresentação é exclusiva do professor orientador e, o trabalho só poderá ser apresentado com a respectiva autorização. Cópias do artigo deverão ser enviadas com o prazo de 15 (quinze) dias, no mínimo, aos membros da banca examinadora, garantindo assim tempo suficiente para sua leitura e entendimento.

A entrega do TCC deverá ser realizada na secretaria do curso, possuindo em anexo uma cópia digital e a respectiva cópia do projeto de pesquisa original encadernado.

Para compor a banca podem ser chamados: professores do próprio campus e de outros campi do IF BAIANO, de outros Institutos Federais, bem como de Universidades, desde que tenham formação ou atuação acadêmica na área de estudo objeto da pesquisa e TCC a ser defendido, desde que não haja ônus para o campus.

A mudança de orientador é possível, desde que haja uma justificativa formalizada e autorização do colegiado. A troca do projeto de pesquisa poderá ser necessária. Todavia a defesa em banca deverá ocorrer ainda no 8º semestre e a nota da disciplina será a obtida na defesa.

Será permitida revisão de dados e informações, caso a banca indique-as como relevante. Estas correções impostas pela banca deverão ser executadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apresentação pública do trabalho. A entrega do TCC corrigido não autoriza a colação de grau nem a obtenção de diploma.

O não cumprimento dos prazos pelo discente, automaticamente o desclassificará para a aprovação na disciplina TCC II, podendo se matricular até três vezes nesta disciplina e, caso não consiga defendê-lo neste prazo estará automaticamente jubilado.

A coordenação do colegiado do curso estará à disposição para esclarecimentos, acompanhamentos e orientações. Casos omissos e situações não descritas serão decididos em reunião extraordinária do colegiado do curso.

17. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

17.1. Política de Qualidade de Ensino

Aprovada pela Resolução nº 18, de 20 de agosto de 2015, a Política de Qualidade de Ensino do IF Baiano é um documento de orientação que baliza um conjunto de programas que visam à melhoria do desempenho acadêmico, pautando tais melhorias em quatro dimensões principais, a saber: Pedagógica, Gestão, Formação Continuada e Infraestrutura, essas dimensões funcionam como eixos orientadores para o desenvolvimento dos objetivos e das ações previstas nessa Política de Qualidade. Para que tais melhorias se deem, serão desenvolvidos e implantados programas institucionais com foco na melhoria da qualidade da oferta educacional, conforme se pode ver elencado abaixo. Quando um discente afastado buscar reintegração ao curso, havendo mudança no PPC, o discente ficará sujeito à reintegração no novo currículo do curso, no seu retorno às atividades acadêmicas (ODCG artigo 73 do Capítulo VIII).

17.1.1 Programas de Nivelamento

O programa de Nivelamento tem por objetivo assegurar a permanência e êxito do educando, buscando a redução da evasão e repetência. Este programa de aprimoramento da aprendizagem integra as ações do Plano de Avaliação, Intervenção e Monitoramento e objetiva aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, por meio de ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, para a ampliação das possibilidades de permanência dos estudantes.

17.1.2 Programas de Monitoria

A monitoria acadêmica está regulamentada na Organização Didática dos Cursos de Graduação Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, tendo por finalidade, oportunizar aos estudantes meios de aprofundar seus conhecimentos e promover a cooperação mútua entre os pares.

17.1.3 Programas de Tutoria Acadêmica

A tutoria tem a finalidade de acompanhar a vida acadêmica dos estudantes em todas as suas dimensões, observando para isso a participação destes nas atividades didático-pedagógicas, nas atividades de pesquisa, extensão, desportivas e/ou culturais promovidas pelo IF Baiano, bem como a sua inserção em espaços que propiciem a aprendizagem como a biblioteca e sala de informática. Outra ação da tutoria é acompanhar o desempenho dos estudantes nos diferentes componentes curriculares, buscando compreender e realizar encaminhamentos pertinentes diante de reprovações e baixo desempenho. A tutoria acadêmica será oferecida conforme artigos 143 a 148 da Organização Didática dos Cursos Superiores (ODCG) do IF Baiano.

17.1.4 Programas de Apoio a Eventos Artísticos, Culturais e Científicos

Os discentes do curso serão estimulados pelos docentes, equipe pedagógica e coordenação do curso a participar de eventos artísticos culturais e científicos internos e externos, devendo ser devidamente orientados quanto aos procedimentos a serem adotados para tanto. A viabilização destas ações será realizada por meio de chamadas internas do IF Baiano, e captação de recursos externos.

17.2. Programa de Assistência Estudantil e Estímulo à Permanência

17.2.1. Programa de assistência e inclusão social do estudante – PAISE

A política de Assistência Estudantil no âmbito do IF Baiano é assegurada por meio do Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (Paise), que concede aos estudantes benefícios como Residência Estudantil; Auxílios: Moradia, Alimentação, Transporte, Material Acadêmico, Uniforme, Cópia e Impressão, Creche, Eventual, Permanência.

Nesse sentido, o PAISE visa contribuir para a permanência e a conclusão do curso do estudante em vulnerabilidade socioeconômica, podendo participar da seleção para recebimento dos benefícios os estudantes de todas as modalidades matriculados e com renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio.

Para desenvolvimento das ações do PAISE, será montada uma comissão local composta por uma equipe multidisciplinar, que tomando como base o edital macro, instituirá um edital interno a fim de selecionar os alunos, e dar prosseguimento às ações necessárias que culminarão na execução da rubrica destinada ao programa.

17.2.2. Programa de acompanhamento psicossocial e pedagógico

O Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico tem como público-alvo tanto discentes como docentes do Curso, tendo como objetivo principal auxiliar os discentes em seu desenvolvimento omnilateral, considerando para tanto as demandas diagnosticadas no cotidiano educacional.

O Programa será constituído por um(a) assistente social, um(a) psicólogo(a) e um(a) pedagogo(a), podendo prestar atendimento individualizado ou em grupo, a partir de indicações dos docentes do curso ou a estudantes que procurem o programa por iniciativa própria.

Dentre as ações a serem desenvolvidas por este programa tem-se prioritariamente o acompanhamento sistemático da vida acadêmica dos discentes quanto à frequência e desempenho escolar. Para tanto, tem como objetivo identificar as dificuldades de natureza diversa que se interponham para o sucesso acadêmico dos discentes. Além disso, se incumbirá de promover ações preventivas no que se refere a comportamentos e situações de risco, a exemplo de uso e abuso de substâncias psicoativas, violência, *bullying* e, outros.

17.2.3. Programa de incentivo à cultura, esporte e lazer

Conforme está discriminado no Projeto Pedagógico Institucional do IF Baiano o Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer tem por

Finalidade garantir aos estudantes o exercício dos direitos culturais, as condições necessárias para a prática da cultura esportiva, do lazer e o fazer artístico, visando à qualidade do desempenho acadêmico, a produção do conhecimento e a formação cidadã.

Nessa perspectiva o Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias tanto promoverá eventos dessa natureza como incentivará a participação em eventos promovidos por outras instituições a fim de propiciar aos estudantes o acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, através do esporte e do lazer, viabilizar que estes venham a desenvolver-se tanto em suas capacidades físicas como emocionais, por meio do relacionamento social que estas práticas propiciam.

Nesse sentido o Campus conta com uma estrutura física que viabiliza a convivência social, bem como a prática desportiva, já que dispõe de duas áreas de convivência, sendo que uma delas possui uma cantina de fácil acesso para os estudantes, dispondo ainda de uma piscina semiolímpica, uma quadra de terra para vôlei, uma quadra poliesportiva e uma academia. Para

a realização de eventos culturais, conta também com um auditório com palco amplo e caixas de som, o qual possui salas de apoio, que permitem a acomodação antes das apresentações.

17.2.4. Programa de incentivo à participação político-acadêmica

Os discentes serão estimulados – pelos docentes do curso, coordenação acadêmica e assessoria pedagógica – a organizarem-se através do movimento estudantil, sendo orientados quanto aos procedimentos burocráticos e de mobilização política. Como ação prática de vivência político-acadêmica tem-se a representação estudantil no Colegiado do Curso, ocasião que se propiciará ao representante estudantil conhecer as demandas didáticas e administrativas do curso, ao passo que poderá fazer uso do espaço para trazer as demandas das turmas.

17.2.5. Sistema de acompanhamento de egressos

O programa de acompanhamento de egressos terá como fim conhecer os itinerários formativos e profissionais dos alunos que passaram pela instituição, visando retroalimentar o currículo e as práticas de ensino com as experiências destes profissionais. Com isso, a instituição poderá redirecionar seus objetivos de ensino na medida em que fortalece os vínculos com a comunidade em seu entorno. Os setores responsáveis em coordenar o acompanhamento de egressos será o Setor de Integração Escola Comunidade (SIEC) e a Coordenação de Assistência ao Educando (CAE), em parceria com a Assessoria pedagógica e Coordenação do Curso. Para realizar esse acompanhamento será elaborado um plano de ação com a participação da coordenação do Colegiado de LiCA, Assessoria Pedagógica e docentes do curso a fim de conhecer a atuação dos novos licenciados das Ciências Agrárias.

17.2.6. Programas de ensino, pesquisa e extensão

A participação dos discentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão contribui para a formação acadêmica e amplia a possibilidade de compreensão do ambiente técnico-científico, a formação do profissional cidadão, credenciando-o a compreender as demandas sociais como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. Os alunos terão acesso as atividades de pesquisa e extensão, por meio da participação em editais de internos do IF BAIANO, bem como junto as agências de fomento.

17.3 Política da Diversidade e Inclusão

Instituída pela Portaria nº 272, de 05 de Abril de 2011, a Política da Diversidade e Inclusão resultou de um trabalho sistemático empreendido pela Comissão de Política de Inclusão composta por uma equipe multiprofissional e da colaboração de vários outros segmentos do IF baiano. Através de uma consulta a diversos documentos legais que versam sobre as políticas afirmativas, esse documento revela o compromisso do IF Baiano com as políticas públicas de Estado, conciliando a Política da Diversidade e Inclusão com a Política de Assistência Estudantil, em consonância com o Termo de Acordo de Metas e Compromissos — TAM, firmado com a SETEC/MEC, no intuito de consolidar a democracia e a ampliar da cidadania.

Tal política engloba razões políticas, econômicas, sociais, culturais e legais com vistas à defesa de uma educação pautada na crença de que o aprendizado pode contribuir com as dimensões referentes às habilidades técnicas e competências sociais em seus prismas cognitivos, afetivos e morais. Trata-se de uma formação que tenha como princípio o combate ao racismo e a qualquer outro tipo de discriminação. Em termos humanos, trata-se de rejeitar, de retirar e de extirpar todo e qualquer tipo de humilhação, todo e qualquer ato que vise ferir à dignidade humana, promovendo a igualdade de condições e de direito.

Tais princípios devem se constituir como pauta perene de discussão da Política da Diversidade e Inclusão, sendo parte integrante das ações pedagógicas, científicas e extensionistas, aspirando a uma formação de valores ético-humanísticos, comprometidos com consolidação de uma sociedade mais justa e solidária, abrangendo as questões do idoso(a), de gênero, de etnia, de raça, de orientação sexual, dentre outras.

A partir da Política da Diversidade e de Inclusão do IF Baiano, almeja-se desenvolver ações e programas integrados aos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, tendo como pilar de sustentação a consagração da cultura dos direitos fundamentais à dignidade humana, da melhoria da qualidade educacional, da defesa da formação de valores essenciais para o convívio em sociedade e da garantia de direito à igualdade de tratamento e de oportunidades.

17.4 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

Segundo o Projeto Político Pedagógico Institucional o NAPNE, tem a responsabilidade de articular a implementação das demandas do Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (PAPNE) e terão composição multidisciplinar de pelo menos 01 (um/a) Assistente Social, 01 Pedagogo(a) e 01 Psicólogo(a). Poderão integrar a equipe do NAPNE: docentes, técnicos administrativos em educação, discentes, familiares e comunidade em geral com o intuito de criar na instituição a cultura do respeito a este público.

Atualmente, o NAPNE do *Campus* Senhor do Bonfim tem desenvolvido ações para incluir alunos com as mais variadas dificuldades de aprendizagem, sendo que a surdez aparece num percentual considerável. Desse modo, já foram ministradas uma série de oficinas e cursos para os servidores com vistas a prepará-los para trabalhar com os alunos surdos. No que tange a medidas para trabalhar com surdos, sob a orientação do NAPNE, foi realizado processo seletivo mediante o qual foram contratados dois tradutores/intérpretes.

Além dessas ações, o NAPNE possui um plano de trabalho anual no qual estão previstas as medidas a serem desenvolvidas conforme as demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais, trabalhando no sentido de identificar as dificuldades de aprendizagens e propor os encaminhamentos necessários a fim de acolher os educandos e assim garantir seu progresso acadêmico. Desse modo, o NAPNE pauta suas ações e medidas nas recomendações do Parecer de nº 8, de 06 de março de 2012, da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, ambos estabelecendo as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, e ainda, na Lei de nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a qual institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

17.5 Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI se constitui num dos núcleos que compõem a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, cujo foco de atuação diz respeito à promoção da inclusão das diversidades étnicas, culturais e sociais. Ação que certamente contribuirá para a construção/afirmação da identidade discente assim como das comunidades de periferia, quilombola, indígena e outras, na medida em que forem delineadas estratégias de melhoramento na qualidade de vida dos seus membros.

Nessa perspectiva as ações de ensino, pesquisa e extensão serão desenvolvidas de modo articulado, com vistas a desenvolver um trabalho que promova a inclusão das

diversidades étnicas, culturais e sociais da região de inserção do curso. Serão promovidos eventos como seminários, palestras, mesas redondas e exposições culturais, a fim de dar visibilidade e reafirmar o trabalho nessa perspectiva da inclusão, em atendimento à Lei 10.639/2003, Que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências, e à Lei de nº 11.645/2008, Que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

O NEABI, em relação aos cursos superiores, vem atender a perspectiva do Ministério da Educação, com o programa Diversidade na Universidade, comprometida como pauta de políticas afirmativas do Governo Federal. As suas ações dentro dos cursos superiores estão embasadas em discussões e debates dentro e fora das salas de aula. Como ações que visam à inclusão destes públicos, tem-se buscado garantir: Reserva de cotas de 51% das matrículas para afrodescendentes e os indígenas; Concessão de bolsas de manutenção para estudantes de baixa renda; Apresentação de conteúdos e atividades de formação social e valorização da diversidade cultural, priorizando a temática de combate ao racismo.

Além dessas ações, o NEABI trabalha como parceiro do estudante no sentido de acompanhar e realizar práticas educativas que coíbam o preconceito e a discriminação, ao passo que valoriza e disseminem sua cultura.

17.6 Programa de Iniciação Científica

A Política de Ensino desenvolve-se também com as atividades de Pesquisa, que visam consolidar a iniciação científica e as produções científico-acadêmicas e tecnológicas, articulando diferentes áreas do conhecimento, agências de fomento, bem como o fortalecimento das áreas específicas, potencializando a missão institucional e a inserção da pesquisa no contexto regional, nacional e internacional. A implementação de ações e incentivos à participação em eventos, simpósios, seminários, cursos de línguas estrangeiras e o incentivo à lecto-escrita, visam subsidiar os diferentes arcabouços de produções científicas: produtos, patentes, artigos, livros etc. A interface com a Política de Extensão é outra diretriz que compreende o processo educativo científico-cultural como indissociável do ensino e da pesquisa, tendo como escopo a colaboração da educação superior, técnica de nível médio e de cursos profissionalizantes na transformação da sociedade, por meio da socialização de ações

com a comunidade local e regional, resultantes do ensino e da pesquisa. Suas diretrizes estão baseadas em princípios fundamentais, a saber: impacto e transformação; interdisciplinaridade; interação e dialogicidade e indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. O conhecimento propiciado pela extensão deve possibilitar a interação academia-comunidade e a atuação transformadora, que vise às necessidades e interesses da maioria da população com vistas ao desenvolvimento regional e à implementação de políticas públicas. Além disso, deve colaborar para o aperfeiçoamento e o progresso do ensino e da pesquisa aplicada. O domínio do currículo proposto, bem como uma sólida formação de conhecimentos científicos e tecnológicos para o(a) aprendiz, possibilitam o desenvolvimento do raciocínio lógico, interpretativo e analítico para identificar e solucionar problemas, bem como possibilitam que o(a) educando(a) possa ter consciência da complexa conjuntura sociopolítica, da biodiversidade e do educar ambiental, das relações etnorraciais e das relações de inclusão, como elementos constitutivos da amálgama social brasileira.

18. INFRAESTRUTURA E RECURSOS

18.1. Salas de Aula

As salas de aulas são perfeitamente projetadas para formar um ambiente adequado ao aprendizado. Para tal, esse espaço é constituído por: carteiras para alunos e mesa de professor, que permitam o uso diário e confortável das mesmas; Condicionadores de ar; Quadro Branco; Projetor multimídia; Sistema de som integrado; Computador e Ponto de Internet.

18.2. Sala da Coordenação

A sala da coordenação permite que o seu ocupante possa usufruir de um local para exercer, adequadamente, suas atividades, sendo seu espaço constituído por: Cadeira e mesa para o coordenador, adequadas para o uso cotidiano de forma confortável, garantindo condições estruturais de um trabalho satisfatório; Duas cadeiras para visitantes; Estante para livros; Armários para arquivos; Computador; Impressora; Scanner; Telefone; Internet com e sem fio.

18.3. Sala de Reuniões do Colegiado de Curso

A sala de reuniões é um local onde são realizadas as reuniões do colegiado, Núcleo Docente Estruturante e outras atividades coletivas pertinentes a um curso de nível superior. A sua estrutura é composta por: Mesas, Condicionador de Ar, cadeiras, projetor multimídia,

caixas de som, computador, impressora, TV, internet com e sem fio e telefone.

18.4. Sala dos Professores

Os professores têm um espaço de interação e reuniões, constituído com cadeiras e mesa grande, sofá, frigobar, impressora, bebedouro, scanner e armários.

18.5. Gabinetes dos Professores

Os professores têm espaços próprios (Gabinetes) de estudo, atendimento aos estudantes e planejamento de atividades, contendo cadeira, escrivaninha, poltrona, armário, ar condicionado. Os gabinetes estão concentrados num pavilhão específico, que dispõe de sala de reuniões, banheiros, copa e acesso a internet.

18.6. Recursos Audiovisuais e Multimídia

Os recursos tecnológicos servem como um instrumento de maximização do aprendizado. Todo corpo docente um laptop institucional individual. Além das tecnologias que são parte integrante dos ambientes, o Campus conta também com os seguintes itens: Televisores; DVD *Player*; entre outros.

18.7. Biblioteca

A biblioteca é um ambiente de inestimável valor no desenvolvimento acadêmico, este oferece aos estudantes um espaço agradável, além de bibliografia sobre as disciplinas referentes ao curso. É necessário que, para toda a bibliografia básica para o semestre corrente, seja previamente adquirido, no mínimo 01 (um) exemplar básico pra cada 8 (oito) alunos.

18.8. Laboratórios

O curso de Licenciatura em Ciências Agrárias possui laboratórios especializados, a exemplo dos laboratórios vivos (localizados nos setores de Agricultura e Zootecnia) e outros laboratórios didático-pedagógicos, que contemplam a formação do licenciado em Ciências Agrárias.

18.9. Sala da Representação Estudantil

Local onde os estudantes se reúnem para atuar ativamente na construção do curso. Este espaço permitirá a integração do corpo discente, provendo um ambiente permissivo ao desenvolvimento de atividades acadêmicas (empresa júnior, seminários, formação do centro acadêmico, dentre outros). No mobiliário, constam: mesas de escritório; cadeiras; armário para arquivos e computador.

18.10. Área de Lazer e Circulação

O Campus Senhor do Bonfim possui diversos espaços de lazer, para que os discentes possam participar de atividades extracurriculares, como ginásio de esportes, lanchonete, sala de jogos, academia, piscina semiolímpica, centro de convivências, entre outros.

18.11. Serviços de Apoio

Todos a estrutura didático-administrativa, inerentes ao desenvolvimento do curso funcionam regularmente, através dos seguintes espaços: Secretaria; Suporte de Informática; Lanchonete; Reprografia; Biblioteca; Laboratório de Pesquisa virtual onde o estudante acessa à internet para as atividades afins do curso como pesquisas, estudos; Serviço Médico; Coordenação do Curso; Coordenação de Assessoria Pedagógica; Setor de Atendimento ao estudante; entre outros.

18.12. Auditório

O auditório do Campus Senhor do Bonfim comporta uma assistência de 180 pessoas sentadas, em poltronas acolchoadas. Tem uma sala de apoio para tradução instantânea, possui palco elevado, em relação ao auditório. Possui acessibilidade para portadores de necessidades específicas, inclusive de acesso ao palco. Conta com sistema de climatização e sistema de áudio e vídeo conectado a internet.

19. ÓRGÃOS COLEGIADOS DE REPRESENTAÇÃO, DOCENTE E ADMINISTRATIVO

Os órgãos colegiados do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias são constituídos pelo Colegiado de Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE, conforme determina a

Organização Didática dos Cursos de Graduação (ODCG) do IF Baiano, o Regulamento do Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias do IF Baiano - Campus Senhor do Bonfim, aprovado em reunião do Colegiado e o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias - Campus Senhor do Bonfim, aprovado em reunião do Colegiado.

19.1. Pessoal Docente e Técnico Administrativo

19.1.1. Núcleo docente estruturante (NDE)

O Núcleo docente estruturante é formado por membros do Grupo de Trabalho Interno – IF Baiano – *Campus Senhor do Bonfim*, definidos pela Portaria nº43, data 13/06/2016. Os profissionais que fazem parte do NDE são os professores: Karine Hojo Rebouças, que atua na área de Alimentos e atual coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias; Marcio Lima Rios, que atua como docente na área de Geografia; Alaécio Santos Ribeiro, que é docente na área de Pedagogia; Jaciara Campos Silva, docente da área de Ciências Agrárias e Diogo José Oliveira Souza, que é docente da área de Biologia.

19.1.2. Corpo docente para o curso

O Corpo Docente do curso é formado por Professores licenciados em diversas áreas do conhecimento (Letras, Química, Geografia, Matemática, Física, História, Biologia e Ciências Agrárias), como também por bacharéis em habilitações diversas (Agronomia, Veterinária, Zootecnia e Engenharia de Alimentos); sendo que 50% possuem título de Doutor, 30%, de mestres e 20%, de especialistas.

Os docentes que atuam no curso de licenciatura em Ciências Agrárias são responsáveis pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma articulada, a fim de promover ensino de qualidade que promova o desenvolvimento global dos discentes, da instituição e do contexto em que se inserem.

Os perfis dos docentes que devem atuar no curso de licenciatura em Ciências Agrárias, bem como a quantidade mínima, estão indicados no quadro abaixo.

Descrição	Quant.
Núcleo das áreas específicas das Ciências Agrárias	
Professor com pós-graduação lato ou stricto sensu e com	16
Licenciatura/Bacharelado/tecnólogo na área de Ciências Agrárias	
Núcleo da área de exatas e ciências da natureza	
Professor com pós-graduação lato ou stricto sensu com Licenciatura em Matemática, Física, Química e Biologia.	06
Núcleo das áreas epistemológicas, fundamentos da educação e conhecimentos científicos	
Professor com pós-graduação lato ou stricto sensu com graduação em Filosofia ou Sociologia	01
Professor com pós-graduação lato ou stricto sensu com Licenciatura em Letras com Língua Inglesa	01
Professor com pós-graduação lato ou stricto sensu com Licenciatura em Libras	01
Núcleo das áreas de formação, prática docente e interdisciplinaridade	
Professor com pós-graduação lato ou stricto sensu em Educação com Licenciatura em Pedagogia	05

19.1.3. Assessoria pedagógica

O curso de Licenciatura em Ciências Agrária conta com uma assessoria pedagógica que atua junto aos colegiados, visando à melhoria do curso.

19.1.4. Corpo administrativo

Existem dois auxiliares administrativos lotados na Coordenação de Cursos Superiores, a fim de exercer funções administrativas e apoio às Coordenações tanto de Licenciatura em Ciências Agrárias (LiCA) como de Licenciatura em Ciências da Computação (LCC).

20. ARTICULAÇÃO ENSINO – PESQUISA - EXTENSÃO

As mudanças no campo da educação e nos espaços acadêmicos clamam por uma ação docente que articule o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo que a formação seja potencializada e com isso as competências dos estudantes sejam enriquecidas, ampliando também os saberes e competências docentes.

A pesquisa acadêmica, como parte da ação formativa, requer que o corpo docente e a instituição criem grupos de pesquisa na área de formação, visando, sobretudo, articulação curricular.

A extensão deverá centrar-se em proposições que primem pela implementação de ações que contribuam para a integração do IF Baiano com a comunidade.

20.1. Linhas e Projetos de Pesquisa

O Colegiado de Curso, contextualizado com as necessidades regional e nacional, poderá propor linhas de pesquisas na área das Ciências Agrárias, especialmente educação do campo; agroecologia, cultura e diversidade, semiárido, conservação ambiental, com ênfase em solo e água, agricultura familiar e outras emanadas do Colegiado de Curso e do Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI.

20.2. Programas e Atividades de Extensão

A extensão poderá ser viabilizada por meio de Planos, Programas e Projetos elaborados pelos componentes do Colegiado de Curso, privilegiando aqueles concebidos de maneira participativa, com rede apoio e/ou captados mediante chamadas públicas, editais exarados do próprio IF Baiano quanto de agências de fomento e órgãos públicos ou empresas do estado.

20.3. Incentivo à Pesquisa e Extensão

A pesquisa e a extensão devem ser princípios pedagógicos do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, sendo processos interativos e confluentes, nunca sendo entidades estanques. Para tanto, deverão ser estimuladas formas e mecanismos que assegurem ao docente pesquisador ou extensionista carga horária, infraestrutura para execução dos programas ou projetos, especialmente, aqueles que assegurem ao estudante bolsas de capacitação.

21. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Os Certificados e Diplomas relacionados à vida escolar dos estudantes são emitidos pela Pró-reitora de Ensino, obedecendo à legislação em vigor. Terá direito ao recebimento de Diploma todo estudante que concluir com aproveitamento todos os componentes curriculares do curso e realizar o estágio obrigatório, conforme prevê a Organização Didática dos Cursos de Graduação do IF Baiano e legislação vigente, nesse projeto.

22. REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ MÉNDEZ, Juan Manuel. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir.** Tradução de Magda Schwarzhaupt Chaves. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

ALTHAUS, Maisa Margraf e ZANON, Denise Puglia. **Instrumentos de avaliação na prática pedagógica universitária.** Disponível em: <<http://www.uepg.br/codi/pdfs/Instrumentos%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Althaus%20e%20Zanon.pdf>> Acesso em: 23/mar/2010.

AMBROSETTI, Neusa Banhara; ALMEIDA, Patrícia C. Albieri de. **A constituição da profissionalidade docente:** tornar-se professora da educação infantil. Disponível em : <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT08-3027--Int.pdf>>. Acesso em: 22/mar/2010.

BAHIA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Resolução N. 64 de 31 de março de 2020. **Aprova a Revisão da Organização Didática dos Cursos da Educação Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.** Salvador: MEC/IF Baiano, 2020.

BAHIA. Política de Qualidade de Ensino do IF Baiano. Pró-Reitoria de Ensino. Salvador: IF Baiano/PROEN, 2014. Disponível em:<http://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2015/12/resolucao_18-2015_aprovou_regulamento_politica_qualidade_ensino_combate_evasao_retencao.pdf>. Acesso em: 10/dez./2016.

BAHIA. Regimento de Estágio dos Cursos de Graduação do IF Baiano. Pró-Reitoria de Ensino. Salvador: IF Baiano/PROEN, 2014. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2013/06/REGULAMENTO-DE-ESTAGIO-DOS-CURSOS-DE-GRADUACAO.pdf>>. Acesso em 15/dez./2016.

BAHIA. Resolução CONSUP/IF Baiano nº 18, de 20 de agosto de 2015, aprova a Minuta do Programa de Qualidade de Ensino do IF Baiano, de acordo com as deliberações do CONSUP. Disponível em:<http://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2015/12/resolucao_18-2015_aprovou_regulamento_politica_qualidade_ensino_combate_evasao_retencao.pdf>. Acesso em: 10/dez./2016.

BARRETO, Ana Beatriz Pérez Cabrera Mafra et al. Uma experiência interdisciplinar: o projeto integrador na licenciatura em espanhol do CEFET/RN. In: **Revista Holos**, Ano 23, Vol. 3, 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/124>>. Acesso em: 03/mar./ 2016.

BRASIL, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03 – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 14/dez./2016.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 14/dez./2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-Brasileira e Africana. Brasília, Ministério da Educação, 2004. (www.mec.gov.br/cne). Acesso em: 15 nov. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**: textos teóricos metodológicos. Brasília: MEC/INEP, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Volume 2 – ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf>>. Acesso em: 13/dez./2016.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13/dez./2016.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13/dez./2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Projeto Político Pedagógico Institucional do IF Baiano**. Salvador: MEC/SETEC, 2014. Disponível em:

<<http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2015/12/PPPI-PROJETO-POLITICO-PEDAGOGICO-INSTITUCIONAL2.pdf>>. Acesso em: 14/dez./2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional: Identidade e gestão para construir a excelência**. Salvador:

MEC/SETEC, 2015. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2015/06/pdi-diagramado.pdf>>. Acesso em: 14/dez./2016.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>

CAMPBELL, Courtney J. **Portfólios eletrônicos: avaliando o aluno através de portfólios de multimídia**. Disponível em:

<http://www.ufpe.br/hipertexto2005/TRABALHOS/Courtney%20J.%20Campbell.htm> Acesso em: 22/mar/2010.

CARVALHO, Sílvia Pereira de; KLISYS, Adriana; AUGUSTO, Silvana. (orgs). **Bem-vindo, mundo! criança, cultura e formação de educadores**. São Paulo: Peirópolis, 2006.

DELORS, Jaques. **Educação : um tesouro a descobrir**. 2 ed. São Paulo : Cortez. Brasília/MEC/UNESCO, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAUTHIER, Clermont *et al.* **Por uma teoria da Pedagogia**. Ijuí: Unijuí, 1998. HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2002.

HOFFMAN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 19 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. IFTO – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins. Disponível em: <http://www.etfto.gov.br/documentos_institucionais/cursos_superiores/ETF/Regulamento_Colégiado_de_Curso.doc>. Acesso em: 10/jan/2010.

LAURITI, Nádia Conceição. **O portfólio como instrumento de sistematização e de avaliação de projetos (educativos) de extensão universitária**. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/avaliacao/portfoliocomoinstrumento.pdf> Acesso em: 21/mar/2010

LUCKESI, Cipriano Carlos, **Avaliação da aprendizagem escolar**. 4. ed. São Paulo : Cortez,

1996.

MAIA, Christiane Martinatti e SCHEIBEL, Maria Fani. **Didática**: organização do trabalho pedagógico. 1ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006.

MELLO, Guiomar Namó de. **Afinal, o que é competência?** Revista Nova Escola. São Paulo: Abril. Ano XVIII, nº 160. março/2003.

PARDAL, Luís António. Que professor para a educação secundária? *In*: TAVARES, José e BRZEZINSKI, Iria. **Conhecimento profissional de professores**: a prática educacional como paradigma de construção. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PETRÁGLIA, Izabel. **Edgar Morin**: complexidade, transdisciplinaridade e incerteza. Disponível em: <http://www4.uninove.br/grupec/EdgarMorin_Complexidade.htm> Acesso em: 27 /Nov/2009

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBEIRO, Liane Moretto e SOARES, Eliana Sacramento. **Avaliação formativa**: um desafio para o professor. Disponível em:< <http://www.pp.ufu.br/Cobenge2001/trabalhos/APP016.pdf>>. Acesso em: 23/mar/2010 <http://www.pp.ufu.br/Cobenge2001/trabalhos/APP016.pdf>

SANTOS, Akiko. **Didática sob a ótica do pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WEFFORT, Madalena Freire. **O papel do registro na formação do educador**. Disponível em: <<http://www.pedagogico.com.br/edicoes/8/artigo2242-1.asp?o=r>> Acesso em: 23/ mar/ 2010.